

A FRENTE RIO CLARO – FORMAÇÃO, PERCALÇOS E

CONSOLIDAÇÃO

1994 a 01/01/2001

Cláudio Zerbo

A Frente Rio Claro, nome dado à aglutinação de Partidos Políticos e militantes de esquerda e centro-esquerda, iniciada em 1994, teve muita ebulição e poucos registros escritos, com exceção de algumas atas partidárias que apenas registraram a formalização de decisões que exigiam deliberação das Comissões Executivas ou dos Diretórios dos Partidos.

Assim, devo esclarecer desde já que este texto que me encarregaram de escrever tem muito da memória daqueles que participaram, desde o início, da formação da Frente. Hoje são muitos os que participam desse processo, mas no começo, eram poucos, comparativamente, é claro. Afinal, em 1994 não havia muita gente de esquerda ou centro-esquerda acreditando na aglutinação de seus Partidos de maneira firme e determinada para realmente “fazer frente” ao grupo politicamente dominante na época.

Para usar uma expressão recorrente, “éramos meia dúzia de gatos pingados” e pela razão numérica, considerados em extinção, dizíamos, bem-humorados. Mas logo vinha a ressalva de que éramos quase meia centena, considerando que os gatos, mesmo os pingados, têm sete vidas. Com essa imagem tínhamos a impressão de que poderíamos lotar um ônibus e não um fusca como queriam fazer crer os adversários políticos.

Esses adversários políticos, a maioria convicta de seus pensamentos reacionários, avessa à participação popular mesmo nas decisões que afetassem profundamente a comunidade, não eram fáceis. Estavam articulados há mais tempo e tinham militantes fiéis, por ideologia ou por mero puxa-saquismo, encastelados em posições-chave em praticamente todos os segmentos da sociedade. Não vislumbrávamos brecha na qual pudéssemos bater nossa cunha. Diabos! Tínhamos a marreta e a cunha, mas não tínhamos a brecha. Naquele contexto político, havia uma única certeza: a de que toda corrente é tão forte quanto seu elo mais fraco.

Demos início a duas missões prioritárias: identificar e expor publicamente o elo mais fraco e consolidar a formação de uma Frente coesa de Partidos de oposição.

Como a formação de uma Frente era o carro-chefe, o presidente do PMDB, Du Altimari, começou a articulação para uma aproximação com o PT. Ambos eram adversários históricos, especialmente pelas divergências

políticas e pelas críticas contundentes do PT contra a administração municipal peemedebista de 1983 a 1988, com Lincoln Magalhães até 86 e seu vice, Kal Machado, até 88. Havia, sem dúvida, algumas mágoas e alguns ressentimentos. Mas estávamos em 1994 e essas divergências tinham que ser superadas.

Admitíamos até que pessoalmente militantes de ambos os Partidos poderiam nutrir suas mágoas e seus ressentimentos. Mas os Partidos, enquanto instituições políticas, não! Os dirigentes tanto do PT quanto do PMDB tinham que ter clareza de que só com a formação de uma Frente o panorama político de Rio Claro poderia ser mudado para uma gestão progressista.

Faço um parêntese para ressaltar que, em 88, o PMDB perdeu a eleição de prefeito para o promotor público aposentado Azil Francisco Brochini, recém-iniciado na política partidária, com o apoio de última hora de Kal Machado, que deixou o candidato do PMDB, Sérgio Guilherme, com a brocha na mão. Tudo bem que Kal não subiu muito, ou quase nada, com a escada que tirou do candidato do PMDB, mas que encheu o saco, encheu. Na eleição seguinte, em 92, o PMDB também perdeu e dessa vez para Dermeval da Fonseca Nevoeiro Jr. (PPB), que cumpriu seu atribulado mandato até o fim, em 1996.

De 88, ano da eleição de Azil até 96, fim do mandato de Nevoeiro Jr., transcorreu quase uma década. O PMDB ficou praticamente no ostracismo e se resumia a eventuais reuniões para cumprir o calendário das Convenções Municipais. Os dirigentes do PMDB, a maioria conservadora, de certa forma cansados, afastaram-se da atividade política para retomarem o terreno perdido nas suas atividades particulares.

Foi nesse período que o "Grupo do Ruy Fina" no Diretório do PMDB, articulada por Du Altimari, que foi militante do MR-8, tomou a iniciativa de organizar os preparativos para a Convenção Municipal, encabeçando a chapa única, devidamente sacramentada pelos convencionais. Os antigos dirigentes não se entusiasmarão em encabeçar chapa, formar outra, disputar a Convenção voto a voto. Resumindo, foi assim que a ala minoritária do PMDB, mais "à esquerda", como se dizia, assumiu a direção do Partido. Fim dos parênteses.

Com Du Altimari na presidência do PMDB e com sua história no MR-8, ficou mais fácil uma aproximação, ainda que superficial, com dirigentes do PT. Inicialmente nunca houve um encontro formal entre os dirigentes dos dois Partidos. O que havia eram conversas entre militantes e sempre com a posição de pé atrás, de ambos os lados. Confiavam desconfiando, o que não deixava de ser um avanço.

Em meados do primeiro semestre de 1994, em um banco de cimento da praça central de Rio Claro, próximo à Fonte do Índio, Cacá e Ned Saraiva Martins, do PT, se encontraram com Du Altimari. Uma conversa longa e amena, em local aberto. Cada qual soltando linha lentamente para

sentir a força do puxão. Esse primeiro alinhavo simulou situações mais como hipóteses do que como propostas.

A primeira hipótese era unir PMDB e PT e depois trazer o PDT e o PCB, atual PPS. O PV não existia em Rio Claro naquela época. Só teria Comissão Provisória em agosto de 1994, já no segundo semestre. A conversa seguiu nesse rumo, quase como uma garimpagem para ver o que havia nas entrelinhas. O importante é que, apesar das desconfianças, em termos políticos, estavam todos bem intencionados. E isso ficou claro aos interlocutores, numa análise de conjunturas.

Du Altimari, com formação em engenharia de produção, acabou assumindo a direção do depósito e distribuidora de bebidas da família, após o falecimento, por enfermidade, de seu pai. Ele mesmo assumia o volante do caminhão da distribuidora e com um ajudante, percorria todos os bares, supermercados ou qualquer buraco que vendessem bebidas em Rio Claro e região. Conhecia Rio Claro e cidades vizinhas como a palma da mão. E também os donos dos bares, dos supermercados e dos buracos. Enquanto tirava novos pedidos e entregava as mercadorias, dava tempo para um papinho descontraído.

Du sacou rápido que os donos daqueles estabelecimentos faziam as vezes de termômetros de suas ruas, de seus bairros e sabiam a opinião geral da população, sobre os mais variados assuntos, inclusive sobre política e sobre políticos. Essas informações, invariavelmente, eram trazidas para as reuniões, formais ou informais, dos dirigentes do PMDB. Du passou a ser o termômetro dos termômetros, porque juntava informações de todos os quadrantes de Rio Claro e região e possibilitava que tivéssemos, sem muita margem de erro, uma visão e uma assimilação do pensamento coletivo reinante.

Os donos dos estabelecimentos passavam informações importantes para quem estava militando na política partidária, especialmente na oposição, sem que o percebessem e muitas vezes induzidos por perguntas feitas com ares de quem não quer nada, feitas por Du Altimari, do tipo: "e aí, como estão as vendas?", para emendar em seguida: "e a política, o que você está achando disso tudo?" As palavras para expressar o descontentamento vinham aos borbotões.

A população estava indignada porque, terminadas as apurações da eleição de 92, no período em que se promovia o impeachment do Presidente Collor de Mello, o prefeito eleito, Nevoeiro Jr., teve que sumir por um tempo, porque havia contra ele um mandado de prisão. Depois retornou, assumiu o mandato e acabou recolhido a uma cela especial na sede do Batalhão da Polícia Militar de Rio Claro, de onde governou por um período de aproximadamente oito meses. O fato teve divulgação nacional e as pessoas ficavam constrangidas quando, por exemplo, telefonavam para outras cidades e do outro lado da linha alguém dizia: "de onde? De Rio Claro? É daí que o prefeito governa da cadeia?" Ninguém mais agüentava dar explicações.

A administração de Nevoeiro Jr. já dava sinais de desgaste e esse desgaste foi aumentando a partir do momento em que ela tomou iniciativas absolutamente impopulares, como a tentativa de privatização do Departamento Autônomo de Água e Esgoto, uma autarquia que sempre foi tida como exemplar e eficiente. Choveram veementes protestos contrários, fazendo com que a "venda da DAAE" fosse abortada. Some-se a isso a substituição das luminárias públicas, mandando a conta aos proprietários de imóveis na cidade, a título de contribuição de melhoria. Outra chuva de protestos e ações na Justiça. A trapalhada também foi abortada logo depois de iniciada. Houve também um impressionante sucateamento dos equipamentos públicos, que a opinião pública via como pretexto para a contratação de empreiteiras que alugavam máquinas e equipamentos para substituir aqueles sucitados. Além disso, o funcionalismo não recebia o pagamento em dia e quando recebia, era em duas parcelas.

O crescente desgaste da administração e o descontentamento da população favoreciam a oposição e fortalecia a idéia de se criar uma Frente para disputar e ganhar as eleições de 96.

No final de 94 ou início de 95, Du Altimari visitava seus clientes em Santa Gertrudes, como fazia habitualmente, e no itinerário parou no armazém de Antonio Filier, que já tinha sido eleito três vezes Prefeito de Santa Gertrudes. Conversa vai, conversa vem, Filier mostrou-lhe um exemplar do semanário local, o "Arauto", com uma reportagem sobre a sucessão em Rio Claro. No texto da reportagem, ficava claro que Aldo Demarchi, cunhado do prefeito Nevoeiro Jr., estaria praticamente eleito. Era uma reportagem que não merecia crédito, dessas que deveriam sair como informe publicitário, para prevenir o leitor incauto.

Altimari trouxe o exemplar consigo e na primeira oportunidade, no escritório de advocacia do Dr. Ruy Fina, exibiu-o a alguns integrantes da direção do PMDB, que, após analisarem o contexto político local, decidiram reproduzir cópias da reportagem e distribuí-las às mais diversas lideranças de Rio Claro, questionando se elas estariam de acordo com a conclusão a que o texto induzia. E assim foi feito.

Não demorou muito e os retornos começaram a pipocar rapidamente, todos contrários ao continuísmo, confirmando, dessa vez pelas lideranças, o descontentamento generalizado já captado pelos "termômetros" dos bairros, os donos de bares, botecos, armazéns, supermercados e quaisquer outros buracos que constassem do itinerário do caminhão de entrega de bebidas.

Reconhecendo um panorama favorável, Altimari foi falar com Sérgio Desiderá, então presidente do PT, e designou Alberto Schiavon, o Berto, para falar com Cláudio de Mauro, que naquele momento não estava filiado a nenhum partido político. Após essas conversas, foi marcada o que pode ser considerada a primeira reunião para a formação da "Frente Rio Claro",

numa pequena chácara do Dr. Ruy Fina. Dessa reunião participamos com Altimari, Joel Damasceno, Ruy e Ney Fina e Berto Schiavon, pelo PMDB e Cacá, Olga Salomão, Roberto, Nascimento e Desiderá, pelo PT. Foi uma reunião não muito longa, onde se fez uma retrospectiva de conversações anteriores, uma análise da situação naquele momento e projeções para ações futuras. Uma outra reunião foi marcada.

Nessa segunda reunião, além dos participantes da primeira, participaram também Cláudio de Mauro, Pompeu, Cestaro, Edna, Reinaldo Timoni, Joel Damasceno, Humberto Barcelos, Marcius Patrizi, Luiz Fernando Quilici e Geraldinho. Essa reunião foi bem mais longa, no mesmo local da anterior, e foi um verdadeiro laboratório, onde todos falavam, opinavam, descreviam situações, analisavam o passado, avaliavam o presente e prognosticavam o futuro. Resumindo, lavamos as almas.

Durante a reunião, Altimari expôs o chamado "sentimento das ruas", captado através de seus termômetros, explanou sobre a reportagem publicada no jornal de Santa Gertrudes, o envio de cópias às lideranças de Rio Claro e o retorno que obteve. Ao final da reunião ficou claro que, para a maioria da população, a administração municipal estava sendo desonesta para com a coisa pública e isso as pessoas não estavam mais aceitando.

E... bingo!!! Havíamos identificado o elo mais fraco daquela corrente. A contraposição foi imediata: **honestidade!** Esse substantivo feminino seria o sentimento, o Norte da Frente Rio Claro e o amálgama de seus integrantes.

Nessa segunda reunião, além de integrantes do PMDB e do PT, havia também pessoas do PV, que já tinha Comissão Provisória e do PPS, surgido com a extinção do PCB. Algumas outras siglas chegaram a ter representantes, mas na série de reuniões que se seguiram, sempre para discutir a formação da Frente Rio Claro e não (ainda) para discutir nomes, deixavam claro que participariam do grupo desde que o candidato a Prefeito fosse de seus partidos políticos. Perceberam logo que estavam na contra-mão e seguiram outro caminho. Ficaram apenas representantes do PMDB, PT, PV e PPS.

Em outra reunião, já com a palavra-chave em mente e inserida em enunciados como "Honestidade na prática política e no trato das coisas públicas", sem excluí-la das coisas particulares, os integrantes deram início à formulação de algumas diretrizes básicas, capazes de encorparem o conceito de "respeito à coisa pública e aos serviços públicos". Ao final da reunião, já de madrugada, a Frente Rio Claro tinha elencado algumas diretrizes:

- compromisso com a legislação vigente, conhecendo e implementando a Lei Orgânica do Município, bem como o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

- construção de um Plano de Governo com a participação da comunidade;
- discussão prévia dos novos projetos e ações de governo;
- acompanhamento e avaliação pela comunidade dos projetos e ações que estivessem sendo implantados pelo governo, assegurando a todos os munícipes acesso às informações, além das prestações de contas regulamentares;
- acatamento de todas as denúncias formalizadas contra os projetos e ações do governo, que merecerão análise e resposta adequada;
- valorização do Poder Legislativo, através do estímulo ao cumprimento de suas responsabilidades constitucionais de oferecer colaboração e fiscalização sobre os projetos e ações do governo.

Essas diretrizes foram dadas ao conhecimento público no dia seguinte, através de panfletos distribuídos aos militantes, filiados, simpatizantes e não simpatizantes da Frente, imprensa etc. Essas diretrizes tornaram-se uma espécie de "cartilha" que dava sustentação a todas as reuniões e a todas as discussões que faziam para a consolidação da Frente.

É óbvio que, de parte a parte, o tom geral da conversa foi transmitido aos demais dirigentes dos Partidos. A hipótese foi amadurecendo, avançando e sobretudo crescendo à medida que cada um dos dois Partidos se reunia separadamente, cada qual no seu canto. Os telefones ferviam. Du Altimari não tinha hora para me telefonar toda vez que conjecturava uma estratégia para consolidar uma frente. Findo o telefonema, elencávamos quem falaria com quem, do PMDB, para repassar o que fora conversado. E tome telefonemas para todos os lados, quase não importando a hora. No dia seguinte era a mesma coisa, para colhermos os resultados das reflexões. Acredito que no PT era mais ou menos a mesma coisa, apesar da sua prática mais consolidada de realizar reuniões.

Convém ressaltar que as pessoas que participavam das reuniões tinham o respaldo de seus respectivos partidos. Isso significa dizer que, antes de cada reunião, cada partido fazia uma outra prévia, com seus integrantes, de acordo com suas práticas. Após a reunião da Frente, cada partido voltava a se reunir novamente com seus integrantes, de maneira que todos ficavam informados do que estava ocorrendo e, conseqüentemente, participavam através de seus representantes.

Uma prática essencialmente democrática e comprova que política é a arte de conversar. Ninguém participava das reuniões da Frente como porta-voz de si próprio, mas como porta-voz de seus partidos. E,

absolutamente, não eram reuniões burocráticas, enfadonhas. Muito pelo contrário, eram acaloradas. As idéias fervilhavam, as análises não eram superficiais e às vezes mais barulhentas do que muitas duplas reunidas em campeonato de truco. Essa era uma das razões pelas quais nos reuníamos na pequena chácara do Dr. Ruy Fina: não tinham vizinhos próximos que pudessem ser incomodados e fazer com que as reuniões virassem casos de polícia. Na verdade, foi na chácara do Dr. Ruy Fina que tudo começou. As reuniões eram ali realizadas porque ele era a pessoa que tinha o respeito de todos os grupos. Devido ao seu desprendimento, sua chácara era considerada território neutro, favorável às articulações e aos entendimentos. Pode-se dizer que ele e seu grupo tinham a confiança de todos.

Sempre que uma idéia básica, uma diretriz, era colocada novamente em discussão para ser alterada, modificada ou sofrer qualquer mudança em sua essência, o tema era exaustivamente debatido e sua aprovação sempre ficava condicionada a um outro debate, entre cada um dos partidos, isoladamente. Na reunião seguinte os representantes de cada um dos partidos expunham em linhas gerais o que ocorrera e qual fora o resultado. Às vezes a modificação ou alteração era aprovada e às vezes não.

Para quem não é militante na política partidária essa sucessão de reuniões e mais reuniões pode parecer cansativa. E realmente é. Mas também é prazeroso. As reuniões para a formação da Frente tinham, em média, vinte pessoas, sendo quase sempre cinco de cada um dos partidos. Reunir todos os integrantes de cada Diretório partidário não seria produtivo, porque teríamos mais de cem pessoas em cada reunião. E não seria uma reunião, mas uma assembléia. Eis porque antes e depois de cada reunião da Frente, os representantes se reuniam com os integrantes de seus partidos.

As reuniões foram se sucedendo, sempre em torno das diretrizes básicas para a oficialização da Frente Rio Claro. Aos poucos as relutâncias foram cedendo espaço à idéia de que somente a formação de uma Frente envolvendo PMDB, PT, PV e PPS aumentaria, e muito, a possibilidade de partidos de esquerda e centro-esquerda chegarem ao poder e implantar um governo progressista, que transpirasse honestidade e tivesse a confiança da população. Com o decorrer das reuniões já não fazíamos mais distinção de quem era deste ou daquele partido. Éramos todos da Frente Rio Claro.

O sentimento de união, de solidariedade e de compromissos comuns entre os integrantes acabou dando uma invejável solidez à Frente. Formávamos um bloco compacto e indissolúvel porque havíamos, todos, assimilado até a medula os objetivos e os propósitos daquela empreitada. Todos tinham experiência em campanhas políticas e sabíamos que a tarefa não seria fácil, como de fato não foi.

Antes do final de 1995, quando o grupo já se reunia havia quase um ano, alguns nomes começavam a ser aventados nas reuniões. Inicialmente nomes de candidatos ao Legislativo Municipal. Cada partido lançaria seus candidatos, de acordo com o limite imposto pela legislação eleitoral, e a coligação se daria apenas na eleição majoritária, de Prefeito e Vice-Prefeito. Cada partido já tinha sua lista de pré-candidatos ao Legislativo. Alguns nomes haviam sido listados sem que os próprios interessados soubessem, especialmente porque tinham forte liderança em suas associações de classe. Tinham potencial eleitoral e fortaleceriam a Frente como um todo.

O interesse da Frente também era o de ter maioria na Câmara Municipal para que os projetos que possibilitassem um governo progressista pudessem ser aprovados e implementados, porque trabalhávamos com a hipótese de eleger os candidatos à eleição majoritária. Raciocinávamos também sobre a hipótese de sofreremos uma derrota na eleição majoritária. Nesse caso, com uma bancada expressiva no Legislativo Municipal, a Frente poderia impor algumas ou todas as suas diretrizes progressistas ao ocupante do Poder Executivo que fosse eventualmente conservador e pouco afeito às práticas democráticas.

Iniciou-se então um trabalho de abordagem aos nomes que constavam nas listas de pré-candidatos ao Legislativo sem que houvessem sido consultados. Escalava-se sempre quem tivesse mais afinidade com o listado para a abordagem inicial. O escalado procurava o candidato em potencial, geralmente buscando transformar a situação em um encontro ocasional, com uma conversa informal, na qual fornecia maiores detalhes sobre a formação da Frente Rio Claro, seus objetivos e seus princípios. E depois a inevitável pergunta: você quer ser candidato a Vereador? Alguns ficavam perplexos, outros assustados e relutantes, outros pediam um tempo e outros aceitavam na hora.

Quase todos já eram filiados a algum partido da Frente. Em novas abordagens, poucos mantiveram a decisão de não serem candidatos, fosse por razões particulares, familiares, legais ou quaisquer outras. Alguns Presidentes ou membros de diretoria de sindicatos, caso aceitassem ser candidatos, deveriam se afastar do cargo na entidade por imposição legal três meses antes das eleições. Quase sempre estavam em negociações salariais ou discutindo o dissídio da categoria que representavam e não seria conveniente que se afastassem justamente naquele momento. Mesmo fora da disputa por uma vaga no Legislativo, mantiveram-se engajados na campanha da Frente Rio Claro.

Com boa parte dos nomes dos pré-candidatos ao Legislativo já confirmados, os representantes dos partidos continuaram as reuniões da Frente Rio Claro. E nessas reuniões começaram a ser aventados nomes que poderiam ser indicados como cabeça-de-chapa, isto é, reuniam condições para serem lançados candidato a Prefeito. Todos os partidos tinham nomes com excelente potencial. A questão, entretanto, deveria ser avaliada sob os mais diversos ângulos, os prós e os contras

criteriosamente pesados e de preferência sem as paixões que levam as pessoas a puxarem a brasa para suas sardinha. Foram necessárias algumas reuniões e muita discussão para que aquelas paixões fossem postas de lado e os argumentos contrários ou a favor, deste ou daquele nome, fossem racionais.

Os representantes do PMDB sabiam que a sigla estava politicamente desgastada e sabiam também que o PT era considerado muito à esquerda e radical demais para o eleitorado conservador e avesso a mudanças bruscas. Argumentavam nesse sentido, defendendo a tese de que o candidato a Prefeito não poderia ser nem de uma e nem de outra sigla. E sugeriram o nome do professor universitário Cláudio Antonio de Mauro, que na época das discussões estava sem partido. Cláudio de Mauro filiou-se ao PV em dezembro de 1995. Essas discussões deram-se alguns meses antes.

O PMDB e o PT naquele momento dificilmente se coligariam. As resistências internas em ambos os partidos eram fortes. O PV foi estrategicamente escolhido porque unia todos os demais, sem resistência e era também um partido novo, cuja bandeira agradava todos os demais. Os representantes do PT pediram que o PMDB fizesse uma proposta formal para uma coligação. E para isso marcou uma reunião de seu Diretório na sede, na avenida 08 entre ruas 1 e 2. Nessa reunião, com resultado de 9 a 3 a favor da coligação, nasceu a Frente Rio Claro. Esse fato está registrado em Ata do PT. A proposta inicialmente apresentada tinha três itens: a) Cláudio de Mauro como cabeça de chapa; b) seria do PV; c) a questão do candidato a Vice seria discutida posteriormente.

Cláudio de Mauro havia sido candidato a Prefeito nas eleições de 1988, pelo PT, e obtido excelente votação, ficando em segundo lugar; também pelo PT, fora candidato a Deputado Federal em 1990. Era um nome conhecido em todos os segmentos da comunidade. Além disso, havia sido fundador e depois presidente do movimento conhecido como "Pró-Cidadania", uma espécie de ONG formada por representantes da sociedade civil que se reunia periodicamente no hexágono da UNESP no Santana. Esse movimento criou muita polêmica, porque discutia e analisava a atuação da Administração Municipal. Manteve-se em evidência o tempo todo, protagonizando embates memoráveis e dando visibilidade ao nome de Cláudio de Mauro.

O nome acabou sendo consenso entre os representantes dos partidos integrantes da Frente Rio Claro e, instado por estes, Cláudio de Mauro filiou-se ao PV, uma sigla nova, sem desgastes e muito mais palatável a um eleitorado conservador. Junte-se a isso o fato de que Cláudio de Mauro era com freqüência nomeado perito judicial para emitir laudos em conflitos que envolviam causas ambientais. Ora, alguém que conhecia os problemas do meio ambiente, tinha a confiança do Poder Judiciário, além de um respeitável currículo na carreira de professor universitário, poderia muito bem se filiar ao PV e ser o candidato a Prefeito com o apoio dos partidos que integravam a Frente Rio Claro.

Some-se àquelas características o fato de que o tema meio-ambiente já sensibilizava a opinião pública, sem ainda empolgá-la, e que um perito judicial era alguém que gozava da confiança do Juiz de Direito que o nomeava e confiança não apenas na sua capacidade técnica de emitir laudos, mas também no caráter, nos valores éticos e morais que o nomeado tinha como atributos de sua personalidade.

Com todos esses contornos, era impossível o candidato não conquistar a confiança do eleitorado e impor respeito aos adversários.

Já com o nome do candidato e sua aceitação, a Frente Rio Claro prosseguia nas suas reuniões, agora na tentativa de esboçar um plano de governo para ser apresentado aos eleitores durante a campanha, além, é claro, de começar a discussão para a indicação do nome do candidato ao cargo de Vice-Prefeito. Para iniciar o esboço do plano de governo, além de membros dos partidos que integravam a Frente Rio Claro, foram convidados professores de diversos departamentos da UNESP, que tivessem também uma visão progressista e fossem simpatizantes da nossa luta. Além das diretrizes iniciais, outras foram acrescentadas pela Frente Rio Claro, para nortear a elaboração do esboço do plano de governo, até que lhe fosse dada forma final. Foram acrescentados, entre outras:

- reconhecer e respeitar o pluralismo de idéias, a liberdade de aprender, de ensinar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- reconhecer a existência dos movimentos populares organizados, representações sindicais e sociais, respeitada sua independência, incentivando a participação e abrindo canais de comunicação com o Poder Executivo;
- estimular a integração dos movimentos sociais, sindicais e demais formas de organização na co-gestão do Município;
- descentralizar a administração através de Conselhos Regionais, integrando as diversas áreas que compõem os setores administrativos;
- criação dos Conselhos Municipais que ainda não operam e estimular e fortalecer os já existentes;
- desmonopolizar o saber com ampla divulgação de informações por parte dos órgãos da Administração Municipal;
- viabilizar a abordagem multiprofissional/ interdisciplinar das políticas públicas, com integração e interação entre os

órgãos da administração pública e outras instituições públicas;

- ênfase ao Plano de Descentralização político-administrativa, inclusive do planejamento e da gestão financeira, tanto setorial como espacial;
- reconhecer a unidade de vizinhança, como o bairro, a vila, os distritos, como célula da organização física, social e econômica de forma a facilitar a vida e a participação da comunidade na administração municipal;

Dadas as diretrizes, um grupo começou a esboçar o plano de governo. As reuniões da Frente Rio Claro continuaram e se concentraram na indicação do candidato a Vice-Prefeito. Uma das reuniões aconteceu na casa de Joel Damasceno, com a presença de Sérgio Desiderá e Odecio Penteado, pelo PT, Luis Fernando Quilici, Ned Saraiva Martins e Cláudio de Mauro pelo PV, Ney e Ruy Fina e Du Altimari, pelo PMDB, Rocco Caputo, pelo PPS. Nessa reunião foi aprovada a tese de que o candidato a Vice sairia do PMDB. Ruy Fina foi o primeiro a ser lembrado para ser o candidato a Vice de Cláudio de Mauro. Por razões familiares e profissionais ele recusou a indicação. Começava o ano de 1996, ano das eleições. No início, outros nomes surgiram, de todos os partidos que integravam a Frente. Depois de algumas reuniões, decidiu-se que o nome deveria sair do PMDB e dentro do PMDB, após algumas reuniões, ficamos com três nomes: o meu, o de Francisco Marchiori Jr. e Japyr de Andrade Pimentel Porto.

Esses nomes foram discutidos várias vezes nas reuniões da Frente. Por fim, a decisão acabou ficando com os membros do Diretório do PMDB, que realizou duas reuniões na sede do Sindicato dos Ferroviários, na avenida 10. As reuniões tiveram momentos tensos, já que alguns membros do Diretório defendiam a tese de lançamento de candidatura própria e não aceitavam a coligação para a formação da Frente. Mesmo integrando a ala minoritária no Diretório, esses membros tinham, como sempre tiveram, direito a voz e voto. Ao final da segunda reunião, depois de muita discussão, muitos apartes, por maioria absoluta fui indicado como candidato a Vice-Prefeito.

E isso foi só o começo, porque meu nome teve que passar pelo crivo dos membros dos Diretórios dos demais partidos integrantes da Frente, democraticamente, como convinha, e para manter a coerência dos propósitos traçados desde o início. Não se tratava ainda de oficialização de candidaturas, mas de discussão e indicação de nomes que posteriormente passariam pelas Convenções partidárias. Éramos, Cláudio de Mauro e eu, pré-candidatos.

O PV teve um trabalho a mais, que foi o de demover a professora Ivani Bianchini Höfling da idéia de vir a ser candidata a Vice. Não porque ela não tivesse méritos, mas porque o candidato a prefeito era do PV.

Política e eleitoralmente, na coligação que se pretendia, e na qual trabalhávamos há tanto tempo, essa pretensão era inaceitável. E meu nome foi mantido dentro do PV.

O PMDB também teve seus problemas com a manutenção da coligação tendo Cláudio de Mauro candidato a Prefeito e eu a Vice. Antigos integrantes, como o Dr. José Marcos Pires de Oliveira, fundador do partido e seu Presidente por muitos anos, e José Lincoln de Magalhães, ex-prefeito, eleito pelo PMDB, pediram desfiliação e foram para o PTB. O primeiro talvez tivesse voltado ao partido alguns anos depois, caso não tivesse morrido em consequência de um acidente doméstico. O segundo voltou a se filiar ao PMDB tempos depois, em setembro de 2001.

O PT não ficou atrás. Nas reuniões mantidas para discutir meu nome, houve sérias resistências, especialmente por eu ser do PMDB e também porque um dos fundadores do PT em Rio Claro, Aristóteles Costa, ex-vereador, reivindicava a candidatura a Vice-Prefeito. Indiscutivelmente ele reunia as condições necessárias para ser indicado. Mas para o conjunto dos partidos que formavam a Frente, para os propósitos a que se dispunham, não era uma alternativa acertada. Primeiro porque o PT tinha a imagem de ser muito à esquerda e radical, o que inibia o eleitorado conservador, e segundo, porque boa parte do eleitorado ainda acreditava que Cláudio de Mauro era filiado e militante do PT. O PPS foi o único partido que não teve problemas dessa ordem.

Transpostas todas essas fases, os partidos marcaram uma reunião conjunta, com a presença de todos os seus membros dispostos a comparecer, já era março de 1996. A reunião foi na sede do PV, na avenida 13 entre as ruas 1 e 2, região central de Rio Claro, um imóvel cedido por Ned Saraiva Martins. Os partidos PT, PV e PPS queriam sabatinar a mim e ao Francisco Marchiori Júnior, numa última rodada. Uma reunião que começou por volta das 21 horas e foi quase até o dia seguinte. Marchiori Júnior foi primeiro e eu em seguida, isso várias horas depois. Marchiori Júnior tinha sido vereador, Líder do Prefeito e Presidente da Câmara na Administração Lincoln Magalhães, e eu havia ocupado cargos no chamado primeiro escalão daquela Administração. Choveram petardos poderosos, mas não chegaram a nos atingir.

A sede do PV, mesmo sendo uma casa razoavelmente grande, estava lotada. Tinha gente pendurada nas janelas, sentada no peitoril da área e aglomerada na calçada em frente. Para beber, além de café, serviam chá de erva-cidreira, quente ou frio. E não porque gostassem de erva-cidreira, mas porque o líquido era verde, a cor do partido. O pessoal do PT e do PPS protestava e pedia suco de groselha, porque tinha a coloração vermelha, é claro. Isso tudo num ambiente de muita camaradagem e descontração. E não havia razão para ser diferente, já que todos se conheciam e se reuniam para a formação da Frente havia dois anos.

Fomos pesadamente sabatinados. Primeiro Marchiori Júnior e depois eu. Ficamos sentados numa cadeira encostados a uma parede da sala e

vários militantes dos partidos sentados no chão à nossa frente, porque não havia cadeiras para todos. Fomos questionados sobre o presente, o passado, principalmente, e até sobre o futuro. Pode parecer exagero, mas não era. Todos sabiam que estávamos num jogo político sério, buscando um resultado vitorioso nas eleições que se aproximavam. Muita gente sacrificou tempo de lazer, de convívio familiar e até de trabalho para chegarmos onde tínhamos chegado. Não seria uma mancha, pequena ou grande, em qualquer um de nós que iria por tudo a perder. A sabatina foi uma demonstração de prudência e de amadurecimento dos partidos que formavam a Frente Rio Claro. Tenho certeza de que todos que estavam lá saíram mais fortalecidos interiormente, especialmente eu e Marchiori Júnior, do que quando lá chegamos.

Terminada a sabatina, o pessoal do PV improvisou uma urna com uma caixa de papelão e cédulas com tiras de papel sulfite cortadas com uma régua. Passou-se então à votação. Poderiam ter indicado Marchiori Júnior, porque méritos não lhe faltavam. Mas os representantes dos partidos preferiram manter a posição que adotaram em reuniões anteriores e sufragaram meu nome. Findo o processo, comemoramos todos, com generosos brindes de chá de erva-cidreira em copos plásticos parafinados descartáveis.

Sacramentados os nomes do candidato a Prefeito e a Vice-Prefeito, mas ainda não homologados pela Justiça Eleitoral, os partidos intensificaram as reuniões para concluir da lista de nomes dos candidatos a vereador. Junho, mês das convenções partidárias, se aproximava e a documentação exigida para registrar as coligações e os candidatos, tanto ao Executivo quanto ao Legislativo, qualquer pessoa poderia ensejar o indeferimento da candidatura pela Justiça Eleitoral ou sofrer impugnação por iniciativa dos adversários.

Cada partido designou um grupo para cuidar da documentação dos seus candidatos e outro grupo para acompanhar a finalização do Plano de Governo e das propostas que seriam apresentadas durante a campanha eleitoral. Os partidos designaram seus membros mais experientes para cada uma das tarefas, principalmente porque todos trabalhavam o dia inteiro, fosse em seus empregos ou seus negócios e atividades particulares. Não sobrava muito tempo durante o dia, no chamado horário comercial.

Tínhamos reuniões praticamente todas as noites, nas quais íamos ajustando as condutas e, quando necessário, corrigindo os rumos, para que todos os partidos que formavam a Frente chegassem à data de suas convenções com todo o trabalho concluído.

Aqueles que não são militantes partidários talvez não saibam, mas às vezes é mais difícil uma pessoa ser indicada candidata, principalmente a cargos majoritários, do que ganhar a eleição. Depende muito das correntes de opiniões dentro do próprio Partido. O pretendente tem que conseguir juntar todas as correntes ou algumas delas a fim de obter

maioria em torno de sua postura. Isso obviamente em Partidos que se pautam por regras democráticas, onde a liberdade de pensamento e de expressão esteja livre de quaisquer tipos de amarras. Há Diretórios de Partidos que têm verdadeiros donos, que impõem suas vontades aos demais e acabam se transformando em legendas de aluguel. O inquilino, invariavelmente, é aquele que paga mais.

São Partidos que, apesar de vicejarem em um regime democrático, não toleram a pluralidade de idéias e menos ainda adotá-lo para si próprios, em suas práticas internas. Não era e não é o caso dos Partidos que integram a Frente Rio Claro, como bem se nota pelo relato feito até agora.

Enquanto os grupos dos Partidos trabalhavam na conclusão do Plano de Governo, no fechamento da lista de nomes de candidatos ao Legislativo Municipal, os candidatos a Prefeito e a Vice-Prefeito davam início às reuniões políticas nos bairros com o objetivo de informar e discutir, com o maior número de pessoas possível, as razões que levaram à formação da Frente e também tornar seus nomes mais conhecidos.

Chegamos a realizar duas ou mais reuniões por noite, sempre com razoável número de pessoas. Essas reuniões eram agendadas por candidatos a vereador que já estavam decididos a se lançar na empreitada. Eram reuniões domiciliares. Os candidatos faziam contatos com seus parentes e conhecidos nos mais diferentes bairros e marcavam o encontro, e aqueles parentes ou conhecidos se encarregavam de arregimentar vizinhos, outros parentes e outros conhecidos. As reuniões foram se multiplicando em proporções geométricas e aos poucos a comunidade tomou conhecimento da existência da Frente Rio Claro, de suas propostas, suas metas e seus objetivos.

A Frente Rio Claro começava a sair do restrito público de militantes partidários e ganhava as ruas de forma gradual e consistente, como havíamos planejado. A vantagem é que tínhamos propostas claras e objetivas a oferecer naquelas reuniões, e a maioria dos participantes entendia que não éramos apenas embalagem, mas que tínhamos conteúdo. As vinte, trinta, quarenta pessoas ou mais que participavam das reuniões domiciliares acabavam se transformando em agentes multiplicadores no dia seguinte, comentando o acontecido em seus locais de trabalho, nos locais onde estudavam ou nos rápidos encontros nos estabelecimentos comerciais, nos açougues, supermercados, padarias etc.

Sabíamos, porém, que apenas as reuniões domiciliares e comícios no período eleitoral não seriam suficientes para mobilizar a população de Rio Claro. Precisávamos do horário eleitoral na televisão, e a televisão local, a TV Rio Claro era (e ainda é) retransmissora da TV Educativa, do Rio de Janeiro. E como retransmissora, pode produzir, editar e transmitir programas locais, especialmente telejornais, em determinados horários. No horário eleitoral o canal ficaria fora do ar ou transmitiria programas de candidatos do Rio de Janeiro. Teríamos que nos contentar com o horário

eleitoral transmitido pelas emissoras de rádio. Os dirigentes dos partidos que integravam a Frente não se conformavam com a idéia de desperdiçarem um espaço tão importante quanto o da televisão e foram à luta para reverter a situação.

Ainda tínhamos viva a lembrança do que ocorrera nas eleições municipais de 1992, quando a Faculdade de Ciências Contábeis, de propriedade do Professor Aldo Zotareli Júnior, tinha a concessão da TV Rio Claro. Mais ou menos em fevereiro daquele ano, Aldo enviou correspondência a todos os partidos políticos dizendo que a emissora estava apta a transmitir o horário eleitoral e informava que dispunha de estúdio e equipamento para a gravação dos programas, detalhando os respectivos custos. Não sei quantos partidos o procuraram, mas sei que vários, em especial o PMDB, optou por outras produtoras, a um custo bem menor e com qualidade talvez proporcional, mas cada um dançava conforme a música. No caso, suas disponibilidades financeiras. O fato é que dois meses depois da primeira correspondência, os partidos receberam uma segunda, e dessa vez desdizendo a primeira, sob a alegação de que a TV Rio Claro não dispunha de condições técnicas para transmitir os programas do horário eleitoral. A história está mal contada até hoje e se algum historiador futuramente for a fundo, vai ter que tapar o nariz.

Digo isso como testemunha ocular, porque na época, além de assessor jurídico, eu era dirigente e membro da Comissão Executiva do PMDB e recebi as duas correspondências. Foi um balde de água fria, porque o PMDB já tinha vários programas gravados para a televisão. A campanha de 92 ficou apenas no horário eleitoral das emissoras de rádio e nos comícios. Foi um desserviço à população e sabe-se lá com quais propósitos. Ou melhor, sabemos bem com quais propósitos, mas não dá para afirmar. Isso fica para os historiadores, daqui a muitos anos, quando se derem ao trabalho de juntar os cacós.

Mas em 1996 o panorama era outro. A Faculdade de Ciências Contábeis e a concessão da TV Rio Claro já pertenciam à ordem religiosa dos Claretianos. O manda-chuva da TV Rio Claro era o Padre Leandro Padilha, um sujeito jovem, magro, inteligente e muito perspicaz. Era cordato, gentil e educado, mas sabia endurecer quando necessário.

Fomos procurá-lo para sabermos se a TV transmitiria ou não o programa eleitoral dos candidatos de Rio Claro. A princípio ele ficou na dúvida, sem saber o que responder, já que a TV Rio Claro era uma retransmissora da TV Educativa do Rio de Janeiro. Fizemos várias consultas à Justiça Eleitoral, até que tivemos uma resposta positiva. Com a resposta, Padre Leandro assumiu a posição de que Rio Claro teria seu horário eleitoral. Para os Partidos da Frente, foi uma festa. Para os demais, em especial os de direita, foi um velório. Principalmente porque os defuntos seriam eles próprios.

Padre Leandro me confidenciou certa vez que, em consequência de sua decisão de transmitir o horário eleitoral, teve o desprazer de ver um político influente da época invadir sua sala de dede em riste, esbravejando impróprios e exigindo que ele cancelasse a transmissão dos programas. Foi, sem a menor cerimônia, posto para fora com um “chute no traseiro”. Padre Leandro dissera-lhe que ele podia mandar na Prefeitura, mas na TV Rio Claro ele não mandava. Só não digo o nome porque este me foi dito em confiança. E confiança, ainda mais de padre, não se deve partilhar com ninguém.

Decidido que haveria programa eleitoral na TV Rio Claro, os Partidos da Frente designaram um grupo para que fosse procurar uma produtora compatível com nossos recursos financeiros. Para quem não sabe, o horário eleitoral gratuito não é tão gratuito assim. A transmissão, tanto nas emissoras de rádio quanto na televisão, é gratuita. Mas a produção e edição dos programas são por conta dos partidos e isso não é barato. As emissoras de televisão e de rádio recebem as fitas, prontas e acabadas e as veiculam nos horários determinados e só. Os partidos da Frente, além de serem de esquerda e centro-esquerda, eram oposição, sem muita chance de conseguirem doações significativas. Teríamos mais sucesso em ensinar peixes a andar de bicicleta. Mas peixes andando de bicicleta não pagam contas.

Com os grupos de trabalho a todo vapor, os Partidos da Frente começaram a preparar os editais para a convocação de suas convenções. A idéia era marcar as convenções numa mesma data do mês de junho e, como de costume, em um domingo, para facilitar a vida dos convencionais, daqueles que tinham, estatutariamente, direito à voz e voto.

PMDB, PV e PPS marcaram suas convenções para o final da primeira quinzena de junho. O PT, dadas ainda algumas divergências entre suas alas, acabou marcando a sua para o último dia de junho e caso não tivesse conseguido realizá-la, estaria fora das eleições, já que a data era fatal. Assumiu o risco, mas conseguiu realizá-la de acordo com as normas preconizadas pelo seu estatuto. O PMDB marcou e realizou sua convenção na sede do Sindicato dos Ferroviários, na avenida 10 entre as ruas 5 e 6; o PV na sede do Partido, na avenida 13 entre as ruas 1 e 2; e finalmente o PT, também na sua sede, na avenida 8 quase esquina com a rua 1.

No dia da convenção os Partidos tinham que ter em mãos a documentação exigida pela legislação eleitoral de todos os seus candidatos. Era um calhamaço respeitável. Cuidei pessoalmente da obtenção de documentação de vários candidatos dos Partidos que formavam a Frente. Um dos documentos que mais nos dava trabalho era a Certidão Negativa da Justiça Federal. Cada candidato preenchia um requerimento com uma infinidade de informações, anexava cópia do CIC e do RG e por medida de economia, eu, Ney Fina e Cacá levávamos o pedido de todos ao prédio da Justiça Federal na avenida Paulista, em São Paulo, próximo ao Parque Trianon.

No local nós nos dividíamos e enfrentávamos filas para recolher as respectivas taxas e receber um protocolo na agência da Caixa Econômica Federal, instalada no subsolo. Uma semana depois estávamos de volta ao local e enfrentávamos novas filas, agora para a retirada das certidões. Nesse período pré-eleitoral, as filas são grandes e compostas basicamente de candidatos ou dirigentes partidários de praticamente todos os municípios do Estado, buscando o mesmo tipo de documento. Assim como nós, eles também não iam retirar uma ou duas certidões, mas dezenas, dependendo do tipo de coligação que haviam feito e do número de candidatos que estavam lançando.

Ao retirarem as certidões, mesmo que rapidamente, eles as conferiam, o que tornava o escoar da fila ainda mais lento. Mas estávamos munidos de muita paciência e a conversa rolava solta, sobre política e o processo eleitoral, certamente. Ficávamos sabendo da situação de todos os Municípios representados naquela fila. Quem estava na frente de quem nas pesquisas. As denúncias contra este ou aquele candidato, as puxadas de tapete, e a conclusão, tirando-se a média, era uma só: os problemas eram praticamente iguais em todos os Municípios.

A Certidão da Justiça Federal é apenas um exemplo, porque os candidatos deveriam apresentar também Certidões da Justiça Estadual e da Justiça Eleitoral, além de declaração de bens, cópia de documentos pessoais etc. E caso quaisquer das certidões apresentassem um processo em andamento, mesmo que fosse em consequência de um mero acidente de trânsito, o candidato tinha que se dirigir à Vara e respectivo Cartório onde o processo transitava e requerer uma outra certidão, na qual constasse em que pé aquilo se encontrava. Se em fase de diligências, de alegações finais, concluso para sentença ou já sentenciado e aguardando julgamento de recurso endereçado a algum Tribunal Superior.

Tomando como base Rio Claro, onde uma legenda, se bem votada, elege três ou quatro candidatos à Câmara Municipal, entendo que seria bem menos oneroso se toda essa documentação fosse exigida apenas no momento da diplomação dos eleitos pela Justiça Eleitoral. Os quatro Partidos da Frente Rio Claro lançaram perto de 80 candidatos a Vereador e teve que cuidar da documentação de todos. Acredito que o problema esteja na seguinte questão: o que fazer com os votos do candidato que no momento da diplomação não tivesse sua documentação em ordem? Considerá-los nulos ou válidos para a legenda do candidato? Talvez o Tribunal Superior Eleitoral devesse normatizar a situação, optando pela nulidade ou pela validade dos votos. E a partir daí, a responsabilidade seria dos Partidos em estabelecer critérios para selecionar seus candidatos.

Aqui vale um comentário sobre a eleição proporcional, que elege os membros da Câmara Municipal. Essa eleição é chamada de proporcional, porque cada legenda elege seus candidatos proporcionalmente à votação que obteve. Para isso, precisa atingir o coeficiente eleitoral. E o que vem a

ser isso? Simples e grosso modo, desconsideram-se os votos nulos e as abstenções do total de eleitores do Município. Chega-se ao total de votos válidos, incluindo-se os brancos. Supondo-se que tenhamos 80 mil votos válidos e 20 vagas a serem preenchidas no Legislativo, divide-se o primeiro pelo segundo e teremos um coeficiente de 4 mil votos. Uma legenda para eleger, nesse exemplo, três candidatos, deverá ter tido cerca de 12 mil votos e assim sucessivamente. Estarão eleitos os três mais votados dessa legenda.

Ainda nesse exemplo, se uma legenda não obtiver o coeficiente, chegar digamos a 3.800 votos, não terá representante na Câmara Municipal, mesmo que um de seus candidatos atinja três mil votos. É por essa razão que o candidato de uma determinada legenda é eleito com 400 votos e um outro, de outra legenda, com mil votos, fica de fora. As cadeiras, tanto no Legislativo Municipal, Estadual ou Federal, são distribuídas proporcionalmente à votação obtida pelas legendas. No caso de Prefeitos, Senadores, Governadores e Presidente, o eleito é aquele que obtém o maior número de votos. Daí porque essa eleição ser chamada de majoritária.

Dirigentes partidários, sejam de que Partidos forem, conhecem muito bem esse assunto e por isso mesmo procuram montar uma chapa de candidatos ao Legislativo com os nomes mais promissores, com bom potencial de votos. A função essencial do Poder Legislativo, em qualquer esfera, é a de discutir e votar projetos de Leis de autoria do Poder Executivo, avaliando se o projeto é conveniente, é oportuno e visa o interesse público, incluindo o interesse da população que lhe deu representatividade e legitimidade para representá-la, além da governabilidade. Todo projeto de lei que resulte em diminuição de receitas ou aumento de despesas é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, já que esse Poder, na qualidade de gestor do Orçamento, previamente aprovada pelo Legislativo, é o que tem as rédeas dos gastos públicos.

Faça um exercício de imaginação e pense em qualquer matéria que um vereador, por exemplo, possa apresentar como projeto de lei e verá que, invariavelmente, esse projeto acarretará diminuição de receitas ou aumento de despesas. Um projeto criando mais cargos no quadro funcional também significa aumento de despesas. Um outro, eliminando tributos ou isentando contribuintes do recolhimento de taxas ou impostos, significa redução de receitas. Nesses casos, dados como exemplo, a iniciativa é exclusiva do Poder Executivo.

Assim, cabe ao vereador instar o Prefeito a tomar a iniciativa de remeter ao Legislativo projetos de leis com aqueles conteúdos, e ele o faz, principalmente, através de requerimentos, onde pode expor, da forma e nos termos que entender convenientes, as razões que justifiquem sua proposição.

O chefe do Poder Executivo tem a prerrogativa de mandar preparar e enviar para discussão e votação o projeto sugerido, ou obrigatoriamente

responder ao autor da solicitação as razões pelas quais não o fará. Através desse procedimento e muitos outros que podem ser utilizados, o Legislativo exerce uma outra função, também essencial: a de fiscalizar todos os atos do Poder Executivo, denunciando-os da tribuna ou notificando o Ministério Público quando entender que este ou aquele ato é prejudicial ao interesse público. Daí porque em determinadas sessões legislativas, ou camarárias, a coisa pega fogo e às vezes pode sobrar até alguns sopapos. Mas são da essência dos plenários do legislativo e da democracia esses embates, que fazem amadurecer as idéias e aprofundar o conhecimento sobre as necessidades de uma comunidade.

Feitas essas divagações, apenas e ainda que superficialmente para os leitores e eleitores que por opção ou falta de interesse desconheciam esses meandros, voltemos às convenções.

Com a documentação de todos os candidatos em mãos, os Partidos que formavam a Frente realizaram suas convenções sem maiores problemas, homologando tudo o que já havia sido prévia e exaustivamente discutido e acordado. Na ata de cada um dos Partidos constava a provação da formação da Frente Rio Claro, a relação de seus candidatos ao Legislativo municipal e os nomes dos candidatos majoritários, Prefeito e Vice-Prefeito, o primeiro do PV e o segundo do PMDB.

Terminadas as convenções, a tarefa consistia em juntar toda a documentação e encaminhá-la à apreciação da Justiça Eleitoral, aguardando que as candidaturas e a formação da Frente fossem deferidas. Com o deferimento e a homologação de todo o processo pela Justiça Eleitoral e o início do período pré-eleitoral no começo de julho, os Partidos botavam oficialmente suas campanhas nas ruas. Sem medo de serem felizes, preferencialmente obtendo o maior número de votos possível.

A Frente Rio Claro tinha um comitê central, na campanha de 1996, localizado na avenida 03 esquina com a rua 04, onde os dirigentes dos Partidos que a formavam se reuniam para definirem as estratégias de campanha, especialmente os locais dos comícios. Debruçavam-se sobre um mapa da cidade e escolhiam pontos estratégicos nos bairros, as datas e os horários em que seriam realizados. O cronograma, com todas as informações era entregue e protocolado na Delegacia Seccional de Polícia, procedimento que era, obrigatoriamente, adotado por todos os Partidos ou Coligações que disputavam as eleições. Esse procedimento não significava que os Partidos estavam pedindo autorização para a realização de comícios. Era apenas uma maneira de se evitar que Partidos ou Coligações adversárias marcassem comícios no mesmo horário, no mesmo local e na mesma data, o que poderia ocasionar confusões e, dependendo dos ânimos, escoriações entre candidatos e militantes. Na Delegacia Seccional os locais eram todos mapeados e tinha preferência o Partido ou Coligação que houvesse protocolado primeiro, evitando-se dessa forma as perigosas simultaneidades.

É claro que numa campanha política os debates e as discussões são acirradas e, quanto mais se aproxima a data do pleito, mais lenha é colocada no fogo da fervura. As campanhas acabam entrando em ebulição e não é de se estranhar que alguns sejam atingidos por respingos da fervura. Mas qualquer candidato minimamente civilizado sabe que não pode transformar seu adversário político em inimigo. Quem age dessa maneira não está preparado para ocupar qualquer cargo eletivo, e caso venha a ocupar, certamente se revelará um desastre.

Afinal, a disputa se dá apenas no período eleitoral. Apurados os votos e proclamados os eleitos, estes devem se preparar para a posse, honrar e dignificar o cargo que ocuparão por determinado período como representante de toda comunidade e não apenas daqueles que lhe outorgaram o voto.

Aqueles que não obtiveram votos suficientes para se elegerem devem respeito aos que foram eleitos, como forma também de respeitar e acatar a vontade da população com a qual convivem. Essa atitude de respeito aos eleitos é uma demonstração de desprendimento, é uma das duras provas exigidas para a prevalência do regime democrático.

Estávamos já em julho de 1996 e todos os Partidos que participariam das eleições tinham terminado suas convenções e indicado seus candidatos. Nas eleições daquele ano disputaram os votos 195 candidatos a vereador e 6 candidatos a Prefeito e seus respectivos Vices, distribuídos por 17 siglas partidárias. Dos candidatos ao Legislativo, 41 eram mulheres, cerca de 21%, e dos candidatos ao cargo majoritário, havia uma candidata a Prefeita e uma a Vice-Prefeita.

Com exceção do PDT, do PSTU e do PC do B, os demais Partidos se uniram em quatro coligações diferentes, para disputar um universo de aproximadamente cem mil votos. Como esse texto talvez se preste a ser um registro histórico, entendo ser conveniente relacionar os candidatos e seus respectivos Partidos:

COLIGAÇÃO PV/PMDB/PT/PPS

Prefeito: Cláudio Antonio de Mauro (PV)

Vice: Cláudio Zerbo (PMDB)

Vereadores do PV - Partido Verde

Ana Maria Wiechmann

Antonio Carlos Sarti

Clovis Roveratti

Elivaldo César Roos Pinto

Geraldo Degasperi Junior

José Cláudio Arnaldo

Luiz Aedno Colicchio

Maria Isabel Tinós

Maria José Ossick

Maria Therezinha Duckur Manprim
 Nelson Lourenção Teixeira
 Nilson Ferreira Lima
 Paulo Roberto Palma
 Ricardo Wilson Salvi
 Shirley Aparecida Meliski Lambertucchi
 Solange Maria Araujo Nascimento
 Vitor Simonetti Junior (Jupita)
 José Sislei Lencine Junior

Vereadores do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Adilson Santiago Pires
 Álvaro Baungartner
 Antonio Carlos Bortolai
 Darci Batista Amaral Reginato
 Fátima Aparecida Jorge
 Fátima Rosa Schiavon Borges
 João Carlos Rabelo
 José Luiz Raulino
 José Roberto Reginato
 Lazaro Dimas Déio Grael
 Maria Emília Martins
 Nelson Anunciato (Fubá)
 Octávio José Chiossi
 Onésimo Malafaia
 Osanil Luce Ferreira
 Paulo Roberto Mazzeo
 Paulo Roberto Toniza
 Renê Ubirajara Neubauer
 Sérgio Antonelo
 Sérgio Guilherme
 Sérgio José Marchiori
 Roseli Aparecida Ribeiro Gaudêncio

Vereadores do PT - Partido dos Trabalhadores

Ailton Penha de Souza
 Aristóteles Costa
 Claudemir Augusto Amorim
 Geraldo Magela Scaranello
 Hélio Abdalla
 João Lazarini
 José Laerte Góes
 José Rodrigues da Conceição
 José Spego Filho
 Julio Antonio do Nascimento Filho
 Maisa da Costa Telles Correa Leite
 Marcius Augustus Aum Patrizi

Maria Ivanir Ferreira
 Nicolau Carlos Rio (Carlão Magi-Click)
 Otávio Guedes de Camargo Neto
 Raquel Picelli Bernardinelli
 Renegildo Donizete Scienza
 Sergio Desiderá
 Wagner Nogueira Silva

Vereadores do PPS - Partido Popular Socialista

Antonio Joel Conceição
 Carlos Roberto de Freitas Bull
 Vilson Nunes Damião

Coligação PSDB/PPB/PSL/PSD/PFL
Prefeito: Luiz Carlos Kal Iamondi Machado (PSDB)
Vice: Ivan Hussni (PPB)

Vereadores do PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

Antonio Alcione de Mattos
 Antonio Dirceu Alves
 Aparecida Conceição Beltramin
 Bárbara Elisa Grossklaus Mackey
 Eugenio Silva Filho
 Felício Fontana
 Joanzil Cervezan Junior
 João Alfredo Torres Silva Mello
 José Eduardo Leite
 José Pedro de Paula Caraça
 Lauremir José Fischer de Paula
 Ley Moncaio
 Luiz Cláudio Cáceres Cortes
 Luiz Fernando Ortolan
 Maria Célia Viana
 Maria Luiza Traina Gama
 Nivaldo Moura da Silva
 Paulo Alberto Bortolin
 Ubiratan Araribóia Pinto
 Valdemir de Lima

Vereadores do PPB - Partido Progressista Brasileiro

Alvimar Guedes
 Antonio Roberto França
 Antonio Outeiro Pinto Santoro
 Claudete Gomes de Souza Procinato
 Dionísio Lugato
 Edjalma Valdir Momesso
 Enésio Jorge de Souza Ferreira

Gina Andreta Palmero
José Roberto Gonçalves
Marcelo Baileiro
Marco Antonio Mendonça
Mauricio Fontana
Melhem Carlos Simão
Ofélia Telles Marcondes Machado
Pedro Silva
Pedro Lopes de Abreu
Reinaldo Soares de Carvalho (Pardal)
Ruy Ferrão Costallat
Semiramis Saba Ruggiero
Sérgio Zulmiro Litholdo
Salustiano Alves Martins

Veredores do PSL - Partido Social Liberal

Adinael Aparecido Nadai
Eugenio Duarte de Almeida
Heloiso Ferreira
Sebastião Roberto Talarico

Veredores do PSD - Partido Social Democrático

André Luiz Miranda
Maria Aparecida Salvador Sozzia
Maria de Lourdes da Silva
Natanael Soares de Carvalho
Neuza Helena Tristão Zanfelize
José Carlos Haderchpeck
Orlando Bressani
Ruben Ferreira Garcia
Suely Rebustini

Veredores do PFL – Partido da Frente Liberal

Ari Vital Haack Junior
José Carlos Leonhardt
René Paulo Iost
Gumerindo Cerri
Uadi Mubarak
Milton José Rubini Poletto
Sérgio Carnevale
Antonio Gilberto Perinotto
Tito Livio Maule

COLIGAÇÃO PRP/PTN/PMN

Prefeito: Patrícia Jean Sasaki (PRP)

Vice: Ari Jorge dos Santos (PRP)

Vereadores do PRP - Partido Republicano Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PMN - Partido da Mobilização Nacional

Maria Lopes
 José Roberto Pompeo
 Francisco Medina
 Mirtes Farias Franco Volpato
 João Batista Maule Neto
 Wilson Gomes da Silva (Cabo Wilson)
 Francisco Furtado Sobreira
 Sidney Dias dos Santos
 Paulo Roberto Paoli
 Jéferson Mello Souza
 Odair Maia
 Pedro Leite Penteado
 Vera Lúcio Gato
 Nilce Alves de Freitas Malaspina
 Mário Alberto Buchidid
 João Alexandre de Oliveira
 Sérgio Aparecido Matheus
 Silvio Eduardo Garrito
 Gerson Luiz Garcia Carrasco
 Cláudio José Costa
 Claudinei Soares Bonfim

COLIGAÇÃO PTB/PL

Prefeito: Luiz Ângelo de Albuquerque (PTB)
Vice: Rafael D'Urso (PTB)

Vereadores do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PL - Partido Liberal

Alaor Damari
 Aldo José Sartori
 Antonio Francisco Jacinto
 Aparecido Eduardo Bernardo
 Eduardo Francisco Lotumolo
 Irene Ferraz Pessatto Siqueira
 Ismael Auguto Giane
 José Carlos Naitzke
 Jose Claudinei Paiva (Nei Paiva)
 José Geraldo Tomazella
 José Pereira dos Santos (Pereirinha)
 Keila Oliveira de Paula Mota
 Renato de Freitas Venturolli
 Roberto César
 Roberto de Macedo
 Roberto de Souza Mendonça (Leão)
 Roberto José Borotti

Rubens Babone (Beco)
 Silvestre La Torre
 Solange Macherpe
 Sonia Maria de Lúcio
 Terezinha de Jesus Cipolla
 Valdir Natalino Andreetta

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Prefeito: Antonio Carlos Beltrame (Secreta)

Vice: Antonio Salim Elias

Vereadores:

Walnice Cavalcanti Sigola Zangrande
 Luciana Maria Fabris Lucke
 Rosangela Sebastião Franco
 Maria Elizabete Schmidt Varanda
 Isaura Aparecida Sarti
 Mario Zaia
 Jovair Augusto
 Milton Duarte
 Laerte Tebaldi Filho
 Pedro Gilberto Tomazella
 Irineu de Oliveira Prado
 Claudemir Rodrigues da Silva
 Silas Soares de Carvalho
 José Carlos de Souza
 Fernando de Godoy Lima Filho
 Luis Antonio Martins
 Cilas de Araújo Lima
 Domingos Barbosa de Souza
 João Antonio Alem Sobrinho
 Daniel Ferreira da Costa Mereira
 Dagoberto José Hebling
 Guilherme Pfeifer
 Jorge Luiz Grosso

PSTU–PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS

Prefeito: Denizaldo Jesie Rodrigues Pereira

Vice: Adriana Marafon

Vereadores:

Marco Antonio Escher

PC DO B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Vereadores:

Benjamin Rodrigues de Almeida
Sérgio Araújo Andrade

Por essa relação de candidatos, vê-se que nas eleições de 1996 o PV/PMDB/PT/PPS, que formavam a Frente Rio Claro, coligou-se apenas na eleição majoritária, de Prefeito e Vice, e não se coligou na eleição proporcional, tendo cada Partido lançado sua chapa de candidatos a vereador. O mesmo aconteceu com a coligação entre PSDB/PPB/PSL/PSD/PFL. Já com o PRP/PTN/PMN e PTB/PL, a coligação foi tanto para a eleição majoritária quanto para a eleição proporcional, com os Partidos lançando conjuntamente uma só chapa de candidatura a vereador.

O PDT não fez coligação e lançou chapa completa para ambas as eleições. O PSTU, da mesma forma, lançou candidato à eleição majoritária e apenas um candidato a vereador. O PC do B também não se coligou a outros partidos e lançou apenas dois candidatos a Vereador e não lançou candidato à eleição majoritária.

Essas variações são comuns e dependem muito das circunstâncias, porque em determinadas siglas há muitos filiados interessados em se lançar candidatos ao Legislativo, o que torna inviável uma coligação para a eleição proporcional, já que o número de candidatos por Partido é proporcionalmente limitado ao total de cadeiras na Câmara Municipal. Assim, como o número de candidatos é limitado tanto por Partido quanto por coligação, os que têm muitos pretendentes preferem não se coligar na eleição proporcional e lançar o máximo de candidatos legalmente permitido. Partidos com menos filiados pretendentes tendem a se coligar e lançar a quota máxima legalmente permitida pela legislação eleitoral.

Nas eleições de 1996 as exceções ficaram por conta do PSTU, que lançou apenas candidatos a Prefeito e Vice e um candidato a vereador, e do PC do B, que lançou apenas dois candidatos a vereador. Tendo em vista o quociente eleitoral já exemplificado, esses Partidos sabem que não têm a menor chance de eleger quem quer que seja, mas saem disputando as eleições assim mesmo. E o fazem mais para marcar posição, divulgar seus princípios e seus programas, na expectativa de crescerem gradativamente. E estão corretos, porque é dessa forma que os Partidos ganham filiados, militantes, simpatizantes e se tornam conhecidos, podendo chegar ao poder. Se disputar uma eleição não é tarefa fácil, para os candidatos desses Partidos com um número tão reduzido de pessoas é mais difícil ainda, e ao se meterem nessa empreitada, dando a "cara a tapas", como se diz, reforçam e dão sustentação a um regime democrático.

Bem, aberta à temporada de caça aos votos, com os candidatos nas ruas 24 horas por dia, os Partidos e Coligações começam a montar a estrutura para a realização dos comícios, alguns modestos e outros verdadeiros "showmícios", com apresentadores famosos e artistas idem, e

sempre caríssimos, numa tentativa desesperada de atrair o público que invariavelmente está grudado na televisão assistindo à novela da moda.

No caso da Frente Rio Claro os comícios seriam modestos, ou melhor, modestíssimos. O primeiro comício foi realizado no Distrito de Ajapi, tendo como palanque a carroceria do caminhão que durante o dia fazia entrega de bebidas do depósito do Du Altimari, Presidente do PMDB, com um equipamento de som emprestado do Sindicato dos Eletricitários, sub-sede de Rio Claro, e uma iluminação mixuruca.

Fazia frio, não tínhamos apresentador e menos ainda atrações famosas. Rolavam apenas CDs com ritmos animados, que acreditávamos serem insuficientes para atrair o público. No máximo, pensávamos, íamos falar para os candidatos a vereador e alguns de seus familiares. Em determinado momento Du Altimari pediu para aumentar o volume do equipamento de som, pegou o microfone e começou a exortar a população a estar presente. Aos poucos o evento foi esquentando e percebemos que a população começava a se aproximar. Aquele primeiro comício foi um sucesso e Du Altimari passou a ser o apresentador oficial durante toda a campanha.

Realizávamos comícios quase todas as noites, sempre na carroceria de caminhão, com iluminação deficiente e som razoável. Os candidatos a vereador estavam sempre presentes, a maioria acompanhado de esposa, namorada, filhos, sogra, sogro e afins. Eles eram os primeiros a falar, eu era sempre o penúltimo e Cláudio de Mauro o último, por volta das 21h30. Em algumas noites, quando o frio era mais intenso, o público geralmente diminuía, mas na média sempre tivemos um bom número de assistentes, mesmo sem atrações conhecidas. Isso nos animava cada vez mais.

Com as datas, horários e locais de comícios pré-determinados, os candidatos da Frente Rio Claro se habituaram a realizar os chamados arrastões e panfletagens nos bairros durante o dia, que consistia em percorrer todas as casas e estabelecimentos comerciais da região onde seria realizado o comício, conversando com os moradores, entregando-lhes o pouco material de que dispúnhamos e convidando-os a ouvir os candidatos à noite. Essa abordagem funcionava, porque percebemos que o público aumentava significativamente diante da carroceria do caminhão para nos ouvir.

Fizemos comícios em praticamente todos os bairros de Rio Claro e nos Distritos de Ferraz, Ajapi, Batovi e Assistência, sempre precedidos dos arrastões e panfletagens. Gastamos muita sola de sapato e acredito que tenhamos visitado cerca de 80% das residências e estabelecimentos comerciais do Município. Isso sem contar a panfletagem que fazíamos nas entradas e saídas dos trabalhadores nas indústrias, que podia ser às 5 horas da manhã, ao meio dia, às seis horas da tarde, à meia-noite, dependendo da programação agendada.

Havia também agendamento para que visitássemos o interior das fábricas e dos estabelecimentos comerciais. Em muitos desses lugares, quando a produção podia ser interrompida, os trabalhadores eram convidados a se reunir no pátio ou no refeitório e tínhamos a oportunidade de conversar com eles e expor nossas propostas. A maioria dos dirigentes dessas empresas e estabelecimentos não se opunha a essa prática, e franqueavam a entrada a todos os candidatos, de todos os Partidos e coligações. Uma atitude simpática e muito saudável em um período eleitoral, quando os eleitores precisam conhecer os candidatos para decidirem em quem votar.

Em empresas que funcionavam 24 horas, chegávamos a visitá-las três vezes no mesmo dia, para podermos falar aos funcionários dos três turnos. Como a Frente Rio Claro tinha o apoio de quase todos os Sindicatos, essas visitas geralmente eram acompanhadas dos Presidentes das entidades, que conheciam muito bem as necessidades dos trabalhadores e nos ajudavam a formular propostas e propor soluções. Muitas e muitas vezes terminávamos um comício e seguíamos direto para uma fábrica para falarmos aos funcionários de turno da noite e depois íamos para o estúdio, onde gravávamos os programas eleitorais para a televisão e para o rádio.

Uma maratona que, com maior ou menor intensidade, deve ter sido o cotidiano de todos os candidatos. No caso da Frente Rio Claro, eu e Cláudio de Mauro gravávamos sempre depois da meia-noite, porque o dia todo estávamos nos bairros e à noite nos comícios. Os candidatos a vereador também se sacrificavam e muitas vezes também varavam a madrugada no estúdio. Ao contrário dos candidatos majoritários, os candidatos a Vereador gravavam dois ou três textos durante toda a campanha, porque, por serem muitos, a participação nos programas eleitorais era rápida e em sistema de revezamento. Já os candidatos majoritários tinham programas específicos e gravavam todas as noites, para que as fitas pudessem estar nas emissoras de televisão e rádio no horário certo.

Ao mesmo tempo os dirigentes da Frente Rio Claro tinham que organizar eventos para a arrecadação de fundos destinados a pagar principalmente os custos de gravação dos programas eleitorais e do material impresso, como "santinhos", folders, cartazes etc. Foram organizados diversos jantares que chegavam a reunir mais de trezentas pessoas. As adesões custavam em torno de dez reais, com bebidas à parte. Descontado o custo do restaurante onde o jantar era marcado, em torno de cinco reais por pessoa, o que sobrava não significava muito, mas ajudava e, o que era melhor, aumentava o sentimento de união entre os participantes.

Talvez tenha sido a primeira vez na história política de Rio Claro em que se realizou um leilão de obras de arte para a arrecadação de fundos. Esse leilão aconteceu na Sociedade Philarmônica e muitos artistas de Rio Claro doaram suas obras para serem leiloadas. As obras eram na maioria

pinturas e algumas esculturas. O leilão foi um sucesso e ao mesmo tempo foi comovente vermos tantos artistas de qualidade doarem suas obras em benefícios de nossa causa, que passava também a ser deles.

Houve casos de pessoas que arremataram obras, pagaram o lance ofertado e em seguida doaram novamente o quadro ou a escultura para que fosse leiloada novamente. Foram gestos generosos de pessoas que conheciam as dificuldades financeiras da Frente Rio Claro e haviam abraçado nossa luta na esperança de mudar o panorama político-administrativo de nossa cidade. Acredito que as pessoas que vivenciaram esses eventos jamais se esquecerão desses gestos, não importa o quanto vivam.

É forçoso reconhecer que na campanha o papel do horário eleitoral na televisão, na TV Rio Claro, foi fundamental, imprescindível. Por ser novidade, a transmissão de horário eleitoral numa eleição municipal, a audiência foi total. As pessoas não queriam apenas saber quem eram os candidatos, mas vê-los e ouvi-los em cores, especialmente os candidatos a vereador. Foi a única maneira que a Frente Rio Claro teve para chegar com sua mensagem a todos os moradores, porque não tínhamos estrutura para "showmícios" ou mesmo para entupir a cidade de material impresso, carros de som, camisetas, bonés, canetas, chaveiros e outros tipos de penduricalhos.

Percebemos que algumas campanhas, feitas com ostentação, acabavam gerando desconfiança na população que ficava curiosa para saber de onde estava saindo tanto dinheiro, e essa curiosidade a leva a concluir que a dinheirama vinha de fontes inconfessáveis. E na maioria das vezes, vinha mesmo.

A produtora dos programas eleitorais da Frente era do publicitário José Barreto, um filiado do PV, bastante temperamental, metucioso e perfeccionista, que virava e mexia, entrava em atrito com candidatos e com as pessoas que cuidavam da pauta dos programas, especialmente Marcius Patrizi e Luiz Fernando Quilici, que também acompanhavam passo-a-passo a edição e a finalização dos programas, operações demoradas que exigem muita paciência. Isso se devia mais pelo cansaço, quase exaustão, já que como a Frente não tinha recursos suficientes para exigir exclusividade da produtora, ela se encarregava também dos programas eleitorais da coligação PTB/PL, encabeçada pelo Dr. Luiz Ângelo Albuquerque. Na verdade as duas coligações não tinham recursos para exigir exclusividade. Some-se a isso a ansiedade e as angústias no desenvolvimento de uma campanha eleitoral envolvendo tanta gente e o resultado não poderia ser diferente.

Mas de uma forma ou de outra, bem ou mal, os programas eleitorais da Frente Rio Claro foram produzidos, transmitidos e bem aceitos, porque tinham conteúdo, mensagens coerentes e muitas mazelas da administração da Administração Municipal que findava para mostrar. E mais do que isso, muitos candidatos da Frente tinham desenvoltura diante

das câmeras, especialmente Cláudio de Mauro, professor universitário durante toda a vida, estava acostumado a falar a um público numeroso. Os debates entre os candidatos majoritários, promovidos pelos jornais, emissoras de rádio e televisão, tiveram também grande importância na campanha e na vitória da Frente Rio Claro, porque permitiu ao eleitor ver quem era quem naquele jogo político.

No início da campanha eleitoral a candidatura da Frente Rio Claro tinha em torno de 10 a 12% das intenções de votos nas pesquisas feitas, bem atrás do candidato da coligação PSDB/PPB/PSL/PSD/PFL, Kal Machado, considerado favorito, com apoio maciço do então prefeito Nevoeiro Jr. Com o desenrolar da campanha e com a transmissão dos programas eleitorais pela televisão, o candidato da Frente foi crescendo gradativamente e, quando começou a ultrapassar o favorito nas intenções de voto, os advogados da Frente, notadamente Ruy Fina, Charles Carvalho, Itamar Aguiar e Ney Fina, começaram a ter muito trabalho, porque por qualquer motivo os adversários recorriam à Justiça Eleitoral na tentativa de impugnar a candidatura e tirá-la da páreo. Nenhuma tentativa de impugnação prosperou. E foram muitas.

Em pesquisas de intenção de voto realizadas pela "Toledo & Associados" contratada pelo Jornal CIDADE, tínhamos o seguinte panorama em três datas distintas:

	31/08	15/09	25/09
Kal Machado	28,34%	26,00%	25,08%
Patrícia Sassaki	18,47%	12,85%	9,70%
Cláudio de Mauro	17,21%	21,00%	31,06%
Luiz A.Albuquerque	7,47%	7,35%	5,40%
Secreta	4,37%	3,25%	4,30%
Denisalde	0,20%	0,20%	0,20%

O Jornal CIDADE havia contratado uma última pesquisa, que seria feita pela mesma empresa, para os dias 31 de setembro e 1º de outubro, e que seria publicado no dia três de outubro, data das eleições, e essa pesquisa certamente mostraria um crescimento do candidato da Frente Rio Claro e a queda dos demais. A pesquisa foi feita e, talvez por uma questão de economia, a empresa tabulou alguns dados em formulários onde constavam bairros estranhos à cidade. Foi o que bastou para que a coligação que apoiava o candidato Kal Machado entrasse na Justiça Eleitoral tentando impedir a publicação.

Instada pela Justiça a apresentar os formulários originais da pesquisa, a Toledo & Associados assim o fez, e o Juiz Eleitoral à época, Dr. Sidnei Antonio Cerminaro, prolatou a seguinte decisão:

“DECIDO:

1- O pedido foi registrado e autuado em 30.09.96. Determinei a intimação da empresa que realizou a pesquisa, na pessoa de seu representante, para imediata apresentação em Cartório, em envelope lacrado, de todos os questionários aplicados. Cientificou-se não só a empresa que realizou a pesquisa como também a direção do jornal que a publicou. Examinei pessoalmente cada um dos questionários aplicados.

2- Em verdade, o impresso enviado via fax, para registro da pesquisa, continha aquelas indicações de bairros desconhecidos na cidade. Posteriormente foi protocolado o original do pedido e, então, o questionário tinha aquele espaço destinado aos bairros totalmente em branco. Certo é que a pesquisa foi realizada em Rio Claro, tanto é assim que os nomes daqueles bairros foram inutilizados, tudo indicando que houve aproveitamento de sobra de questionários, o que, por si, não invalida a pesquisa.

3- A pesquisa registrada, desde logo, indica que seria realizada entre os eleitores da 110ª Zona Eleitoral e também da 288ª Zona Eleitoral. Certo é que o exame dos questionários mostra que foram aplicados em vários bairros desta cidade, indicados e identificados perfeitamente, permitindo concluir que objetivaram eleitores das duas Zonas Eleitorais. Assim, o motivo da impugnação (inexistência daqueles bairros na cidade e coleta de dados em outras localidades) não procede.

Por tal razão, rejeito a impugnação e, em conseqüência, os pedidos decorrentes. Intimem-se.”

Ainda com base nos argumentos que usou para impedir a publicação da pesquisa, a coligação que tinha como candidato Kal Machado preparou publicações atacando a última pesquisa publicada pelo Jornal CIDADE e também acusações contra o Jornal. Através de uma ação judicial, foi expedido mandado para a busca e apreensão de todo material junto ao comitê da coligação, através de sentença prolatada pelo mesmo Juiz, também em 1º de Outubro de 1996.

Em sua edição de 3 e Outubro de 1996, dia das eleições, o Jornal CIDADE publicou sua última pesquisa, com o percentual de intenção de votos e o percentual de rejeição de cada um dos candidatos a Prefeito. O resultado foi o seguinte.

INTENÇÃO DE VOTO		INDÍCE DE REJEIÇÃO
Cláudio de Mauro	35,4%	6,1%
Kal Machado	22,2%	17,1%
Patrícia Sasaki	6,6%	18,3%
Luiz A.Albuquerque	6,3%	4,1%
Secreta	5,6%	5,6%
Denisalde	0,2%	9,0%
Nulos	7,6%	----
Branco	16,1%	----

A Toledo & Associados é uma empresa de pesquisa séria e considerada idônea no mercado e, segundo o Jornal CIDADE, tem entre seus clientes a Rede Globo, Revista Isto É, TV Bandeirantes, Agência Estado, SBT, Revista Cláudia, Net São Paulo, General Motors, Philips do Brasil, Sadia, Tintas Coral etc.

Por conta da ação judicial tentando impedir a publicação da pesquisa e também por conta do material impresso fazendo acusações contra o Jornal CIDADE, este, na sua edição de 3 de outubro de 1996, fez publicar, na primeira página, um editorial indignado, que merece ficar registrado e por isso, transcrevo a seguir:

“ELEIÇÃO E EXORCISMO”

“Espíritos sombrios parecem confundir eleição com exorcismo. Diante do risco da perda dos privilégios do poder, reagem como se fossem legiões de demônios sendo expulsos do corpo de uma frágil e ingênua vítima. A exemplo do Pai da Mentira, usam de todos os subterfúgios. Violência, ilusão, discórdia, calúnia e difamação são seus instrumentos infernais.

Só que tudo isto é inútil onde prevalece a luz da razão, o bom senso e, sobretudo, a fé de todos aqueles que têm a plena certeza de que o destino à convivência humana não é o abismo. Mas sim a dignidade elevada.

Na calada da madrugada de hoje, legiões estiveram cumprindo arduamente a insana missão de promover a discórdia e a mentira. O pai que lhes dá exemplo rejubila-se. À porta do novo milênio, candidatos desesperados pela constatada rejeição popular ainda preferem agir dessa maneira. As sementes que chegaram a lançar, no entanto, definharam rapidamente sob os efeitos dos primeiros e tênues raios de luz. A chuva dos últimos momentos lavou os vestígios da insensatez. Providencialmente restou apenas o rastro do crime para a resoluta justiça do homem. Já em processo.

A voz do povo

Seguro de si, confiante em sua capacidade de julgamento e completamente avesso à baixaza, o povo encaminha-se hoje para as urnas. Ele sabe-se soberano na máxima missão de escolher seu destino. Destino que pretende como decorrente da integridade, da ordem, do respeito às leis e a vida de cada cidadão. Todos sabem. Aquilo que faz a força para começar alimentando-se do mal, sempre será mal. Até o fim. E eleitorado de Rio Claro já conferiu esta história e pelo aprendizado pagou com o desengano. Os povos querem a paz. Esta foi a lição.

Jornal Cidade

Conquistadas neste País a plenitude democrática e a liberdade de imprensa, todo cidadão tem direito à informação precisa e honesta. Nesse sentido, o Jornal Cidade levou ao leitor a mais isenta e coerente cobertura sobre as eleições que se efetivam hoje. Todos os candidatos enalteceram a honestidade do trabalho, e, aqui, dispuseram de igual disponibilidade de espaços.

Tudo foi bem até a publicação da pesquisa da Toledo & Associados, uma das cinco maiores empresas do País no setor. Ela presta serviços à Rede Globo, o Estado de São Paulo, Jornal da Tarde e Jornal do Brasil, Bandeirantes, CNT. O resultado localizado junto à tendência do voto dos rio-clarenses levou os candidatos menos prestigiados ao desespero. É única e exclusivamente isso que acabou levando os mais desequilibrados a promoverem nas últimas horas um rastro de destruição e ódio.

Os Diretores do Jornal Cidade reafirmam por mais uma vez. Esta empresa não tem compromisso com nenhum candidato. A disputa eleitoral é algo que compete aos partidos e nessa esfera é que o embate deve limitar-se. O compromisso do Jornal Cidade é com o Leitor. Vale ressaltar que sua credibilidade está provada pelo efeito causado pela pesquisa. Houvesse dúvida sobre a legitimidade do trabalho desenvolvido, ninguém lançaria mão das calúnias e difamações vistas.

Em respeito ao leitor e cumprindo sua obrigação de bem informar, o Jornal Cidade em nenhum momento se deixou intimidar pela onda de violência desencadeada e publica hoje nova pesquisa da Toledo & Associados. Todo material editado seguiu rigorosamente as determinações da Justiça Eleitoral e, com sua autorização oficial, divulgam os últimos dados. Pesquisa não define eleição. Apenas dá mostra do que pensa o povo. Se alguns insanos autoritários repudiam o direito do povo dizer e saber o que se pensa, isto é outro problema. É patologia. Que nada tem a ver com uma sociedade saudável, muito menos com democracia ou liberdade de imprensa. Boa eleição a você eleitor. Nossa missão esta cumprida. Honestamente e à luz da verdade".

Em período eleitoral, durante a campanha, o nível de ansiedade dos participantes diretos sobe muito e às vésperas do dia das eleições chega a transbordar, e as pessoas acabam fazendo coisas das quais às vezes se arrependem. Mas felizmente nada tão absurdamente grave que não possa ser esquecido ou amenizado com o passar do tempo. Depois de proclamados os resultados, muitos se sentem frustrados, "traídos pelo povo", como se costuma ouvir, e muitas promessas de abandono da vida pública, de nunca mais participar de uma eleição e coisas do gênero. Mas na eleição seguinte a maioria está lá de novo, lutando pelos votos e apenas com uma vaga, muito vaga lembrança do sentimento de frustração que a envolveu na última vez em que fora candidato. Da promessa de não mais participar de eleições, de abandonar a vida pública, não há nem mesmo vagas lembranças. Ainda bem que é assim, porque de outra forma teríamos centenas de ex-candidatos vagando como zumbis de um lado

para outro aporrinhando a vida dos eleitores, enquanto continuam ruminando o que já deveria ter sido superado.

Nas eleições de 1996 os votos ainda eram apurados manualmente, um a um, no Ginásio de Esportes, e as mesas apuradoras ficavam cercadas de fiscais dos Partidos e candidatos, que queriam acompanhar tudo ao mesmo tempo e discutiam por toda e qualquer cédula que apresentasse mesmo que fosse a sombra de equívoco, de uma dúvida. Às vezes o fato colocado em dúvida era esclarecido ali mesmo, na hora, entre o fiscal e o mesário, e em outras era necessária a presença do Juiz Eleitoral, que permanecia no local de apuração o tempo todo.

Em eleições anteriores a 1996, quando eu participava como fiscal do PMDB nas apurações, cheguei a presenciar cenas insólitas, mas de certa forma pertinentes. Os integrantes das mesas apuradoras só podiam fazer uso de canetas esferográficas com tinta vermelha. Qualquer outra cor de tinta era proibida, especialmente a cor azul. Isso porque os eleitores votavam com canetas azuis, e assim qualquer voto em branco na mesa apuradora poderia ser rapidamente assinalado a favor deste ou daquele candidato por um mesário menos escrupuloso. Ou mesmo anular o voto dado a determinado candidato, caso o mesário assinalasse um segundo candidato na mesma cédula. Não tenho notícias de que esses tipos de fraudes tenham comprovadamente ocorrido, mesmo porque os mesários eram pessoas consideradas idôneas, indicadas pelos Juízes das respectivas Zonas Eleitorais. Mas como eram muitos mesários e muitos fiscais, sempre havia quem desconfiasse de alguma coisa.

Uma das cenas insólitas, mas de certa forma pertinente, presenciei, se não me falha a memória, nas eleições de 1988, quando um fiscal de Partido cismou que o mesário de uma determinada mesa apuradora tinha em mãos uma caneta com a tampa e o tufo vermelho, indicando a cor da tinta, mas que o cidadão havia trocado a carga de tinta vermelha por uma carga de tinta azul. Armou-se uma pequena confusão e as vozes se alteraram. O mesário sentiu-se ofendido com a suspeita que lhe fora lançada. Indignado, pediu a presença do Juiz Eleitoral e, na presença da autoridade, passou a ponta da caneta no peito da camisa do fiscal e o que ficou foi um enorme risco vermelho no tecido. Desfeita radicalmente a suspeita e passados alguns minutos de constrangimento, a apuração prosseguiu. Acontecimentos como esse davam um certo sabor de aventura às apurações.

Outra preocupação dos fiscais de Partidos era no momento da transposição dos votos dos mapas das mesas apuradoras para a planilha oficial. Os fiscais sempre acompanhavam essas operações de perto, porque com razões fundadas ou meramente paranóicas, temiam que poderia haver troca das totalizações de um candidato para outro, o que seria difícil descobrir posteriormente, porque o total de votos daquela urna permaneceria inalterado. Atualmente, com o advento das urnas eletrônicas, essas situações pertencem ao passado.

As emissoras de rádio, associadas ou não aos jornais, montavam equipes eficientes e exerciam um papel importante durante a apuração. Muitos candidatos, dirigentes partidários e eleitores circulavam com fones de ouvidos conectados aos radinhos portáteis nos bolsos das camisas ou pendurados na cintura, aguardando ansiosamente os resultados parciais, que a cada transmissão fazia levantar a torcida instalada nas arquibancadas do Ginásio de Esportes com gritos de euforia, quando favorável ao candidato que apoiava. Uma verdadeira festa mesclada com guerra de nervos.

A apuração das eleições de 1996 durou praticamente dois dias, tendo sido encerrada por volta das 20 horas do dia 5 de outubro, confirmando o resultado das pesquisas publicado pelo Jornal CIDADE. Isso na eleição majoritária, porque na proporcional, para a Câmara, houve algumas surpresas.

Reafirmando que este texto é um relato baseado em minhas memórias e na memória de outras pessoas que participaram desde o início da formação da Frente Rio Claro, já que não houve registros escritos das inúmeras reuniões, discussões e debates, exceto algumas atas que atendiam a formalidades estatutárias e legais dos Partidos, procuramos ser o mais fiel possível aos acontecimentos, o que não dá ao texto, absolutamente, a profundidade histórica que eventualmente possa ser buscada pelo leitor.

E como minha memória não é tão prodigiosa, recorro à edição do dia 6 de outubro do Jornal CIDADE para deixar registrado nesta coletânea o resultado das eleições 1996. Ei-lo:

COLIGAÇÃO PV/PMDB/PT/PPS (FRENTE RIO CLARO)

Prefeito: Cláudio Antonio de Mauro

Vice: Cláudio Zerbo

34.719 votos (40,42% dos votos válidos)

VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO DA COLIGAÇÃO

Partido Verde (PV)

Clovis Roveratti, 618 votos

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Octávio José Chiossi, 906 votos

Sérgio Guilherme, 699 votos

Partido dos Trabalhadores (PT)

Raquel Picelli Bernardinelli, 1314 votos

Renegildo Donizete Scienza, 1145 votos

Partido Popular Socialista (PPS)

Não teve candidato eleito

**COLIGAÇÃO PSDB/PPB/PSL/PSD/PFL
(O MELHOR PARA RIO CLARO)**

Prefeito: Kal Machado

Vice: Ivan Hussni

21.313 votos (24,81% dos votos válidos)

VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO DA COLIGAÇÃO

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Joanzil Cervezan Junior, 768 votos

Valdemir de Lima, 745 votos

Partido Progressista Brasileiro (PPB)

Pedro Lopes de Abreu, 1578 votos

Alvimar Aparecido Guedes, 1406 votos

Reinaldo Soares de Carvalho (Pardal), 1153 votos

Sergio Zulmiro Litholdo, 801 votos

Partido Social Liberal (PSL)

Partido Social Democrático (PSD)

Partido da Frente Liberal (PFL)

Não tiveram candidatos eleitos

COLIGAÇÃO PRP/PTN/PMN (FRENTE DA RENOVACÃO)

Prefeita: Patrícia Sasaki

Vice: Ari Jorge dos Santos

6.869 votos (8% dos votos válidos)

VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO DA COLIGAÇÃO

Partido Republicano Progressista (PRP)

Sérgio Aparecido Matheus, 1173 votos

Wilson Gomes da Silva, 1148 votos

Partido Trabalhista Nacional (PTN)

Partido da Mobilização Nacional (PMN)

Não tiveram candidatos eleitos

COLIGAÇÃO PTB/PL

PREFEITO: LUIZ ÂNGELO DE ALBUQUERQUE

VICE: RAFAEL D'URSO

6.848 VOTOS (7,97% dos votos válidos)

VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO DA COLIGAÇÃO

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Valdir Natalino Andreetta, 1800 votos

José Pereira dos Santos, 1058 votos

Partido Liberal (PL)

Não teve candidato eleito

PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA (PDT)

PREFEITO: ANTONIO CARLOS BELTRAME (Secreta)

VICE: ANTONIO SALIM ELIAS

4.279 votos (4,98% dos votos válidos)

VEREADORES ELEITOS

João Antonio Alem Sobrinho, 970 votos

Fernando de Godoy Lima Filho, 939 votos

Pedro Gilberto Tomazela, 808 votos

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES**UNIFICADOS (PSTU)**

Prefeito: Donizete Jesiel Rodrigues Pereira

Vice: Adriana Marafon

678 votos (0,79% dos votos válidos)

Não teve candidato a vereador eleito

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B)

Não teve candidato a Prefeito e não teve vereador eleito.

Nas eleições de 1996 foram apurados 2,84% de votos em branco e 10,19% de votos nulos, observando-se que os votos em branco integram o total de votos válidos, para o cálculo de coeficiente eleitoral. Entende-se que os eleitores que votam em branco concordam com o pleito e para eles tanto faz se este ou aquele candidato for eleito. Já os votos nulos são subtraídos do total de votos válidos e não fazem parte do total para se extrair o coeficiente eleitoral. Entende-se que o eleitor que anulou o voto pode até concordar com a realização das eleições, mas não concordou com nenhum dos candidatos.

Nessas eleições aconteceu um fato que pela lei das probabilidades é difícil de acontecer, mas acontece. E aconteceu na legenda do PFL, que por haver lançado apenas quatro candidatos a Vereador, obteve votação suficiente para atingir o coeficiente eleitoral raso e eleger apenas um candidato, José Carlos Leonhardt, popularmente conhecido como Zé Crinca, um veterano, reeleito várias vezes. Leonhardt foi eleito com 1341 votos e o segundo colocado na legenda, também veterano, Gumercindo Cerri, obteve o total de 1340 votos. Diferença de apenas um voto. Caso tivesse havido empate, outra ocorrência difícil pela lei das probabilidades, Gumercindo teria tomado posse no lugar de Leonhardt, já que o principal critério para desempate seria a idade, e Gumercindo é mais velho do que Leonhardt.

Houve várias tentativas de recontagem de votos, todas indeferidas pela Justiça Eleitoral, já que durante a apuração não houve impugnação

formalizada de quaisquer das urnas. Leonhardt, alguns de seus familiares e alguns de seus amigos, nomeados fiscais, permaneceram o tempo todo no local de apuração, contabilizando voto a voto, enquanto Gumercindo, segundo seus amigos, tirara o dia para uma pescaria.

Mesmo depois de algum tempo da apuração, corriam histórias, contadas inclusive por membros de mesas apuradoras, de que Leonhardt fazia marcação cerrada e havia conseguido anular muitos votos a favor de Gumercindo, porque eleitores semi-alfabetizados, ao invés de grafarem na cédula o número do candidato, grafavam o diminutivo pelo qual ele era mais conhecido e que consistia nas duas letras iniciais de seu nome, "Gu", registrado na Justiça Eleitoral como válido, caso aparecesse nas cédulas. O problema é que muitos eleitores de Gumercindo grafaram mal a letra "G" e ficava parecendo um palavrão, bem semelhante a "cu". Leonhardt criava o maior tedéu e conseguia a anulação do voto. Caso Gumercindo estivesse presente durante a apuração, poderia também criar o maior tedéu, reivindicando para si muitos daqueles votos grafados equivocadamente, demonstrando que a intenção do eleitor era votar nele. Teria, no mínimo, empatado com Leonhardt e tomado posse, pelo critério de desempate por idade ou vencido, quem sabe, pela diferença de um voto a mais. Mas naqueles momentos ele estava colocando iscas no anzol e nem sabemos se a pescaria foi boa.

O PFL ainda é um bom exemplo de como as legendas devem procurar lançar o maior número legalmente possível de candidatos à eleição proporcional. Além de Gumercindo Cerri, também o radialista e veterano político Sérgio Carnevale obteve uma expressiva votação, com um total de 1.204 votos. Teve quase o dobro dos votos do candidato do PV, Clóvis Roveratti, que foi eleito com 618 votos. Os dois Partidos, PFL e PV, obtiveram o coeficiente raso, o que lhes permitiu ocupar uma única cadeira cada na Câmara Municipal, no caso o mais votado de cada legenda. São histórias que podem ser incluídas no repertório extravagante das recentes eleições municipais.

Com o resultado das eleições, a Frente Rio Claro preparou uma das maiores carreatas já vistas nesta cidade, que teve como ponto de partida a Avenida Presidente Kennedy, em frente ao Aeroclub. Formou-se uma fila com centenas e centenas de veículos que serpenteou as ruas e os bairros de Rio Claro, tendo à frente um caminhão de som, com uma plataforma elevada, cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira, subsede de Rio Claro, levando o prefeito e o vice eleitos. Foi uma grande festa, que certamente tumultuou o trânsito na cidade, mas foi extremamente gratificante, porque sentimos o carinho com que éramos recepcionados pela população.

Sobre a vitória da Frente Rio Claro, o professor Luiz Roberto Dante, integrante do PSDB local, muito respeitado e conceituado nos meios acadêmicos e universitários, declarou ao Jornal CIDADE, quando perguntado sobre o resultado das eleições: "Rio Claro mudou 180 graus e seu rumo, saturada dos caciques e dos donos da política. Ela tenta um

novo caminho, considerando altamente positivo essa oxigenação dos usos e costumes da política local para o fortalecimento da democracia.” Dante disse ainda que, como colega, professor universitário, doutor pela USP e especialista em planejamento municipal, Cláudio de Mauro “reúne excelentes condições para fazer um bom governo, montando uma equipe adequada e que o PSDB local perdeu porque não saiu independente, com candidatos próprios”. Foi, mais além, declarando: “Defendi esta posição e fui taxado de ingênuo e inocente”; mais, que: “em caso de coligação, não se fizesse com o PPB de Nevoeiro Jr. e Aldo Demarchi, extremamente desgastados politicamente”, e exemplificou com a cobrança das luminárias, tentativa de terceirização do DAAE, projeto Pé-no-Chão, buracos etc.

O professor Luiz Roberto Dante, um dos fundadores e membro da Executiva do PL (Partido Liberal) em 1987/88, vereador mais votado nas eleições municipais de 1988, com 1.800 votos, Presidente da Câmara Municipal no biênio 1989/90 e Presidente da Constituinte Municipal em 1990, e que acabou se filiando ao PSDB em 1991, estava certo em suas análises. Depois das eleições de 1996, retirou-se da militância partidária e passou a se dedicar às suas atividades de professor e autor de sucesso de livros sobre matemática.

Terminada a euforia e as festas de comemoração da vitória, chegava a hora de encarar a dura realidade. Na tarde de 7 de outubro, eu, Cláudio de Mauro e mais alguns integrantes da Frente Rio Claro fomos recebidos pelo Prefeito Nevoeiro Júnior. A princípio solicitamos a Nevoeiro que retirasse da Câmara o projeto de privatização do DAAE, que prolongasse a intervenção na Santa Casa de Misericórdia até 31 de janeiro do ano seguinte, não concedesse aumento ao funcionalismo até o final de seu mandato, que terminaria em 31 de dezembro, e deixasse a questão da municipalização do ensino para o próximo governo.

Nevoeiro Júnior acabou atendendo às nossas solicitações, já que éramos absolutamente contra a privatização do DAAE, especialmente nos moldes em que se pretendia, um tanto quanto nebuloso e que cheirava a traquinagem. A intervenção na Santa Casa havia sido decretada por ele mesmo e aquele ato, para Frente Rio Claro, não fazia sentido algum, e pedimos um prazo até 31 de janeiro, período no qual estudaríamos o assunto mais aprofundadamente, buscando uma saída honrosa para a suspensão daquela atitude, a nosso ver, ditatorial. A intervenção foi suspensa logo no início de fevereiro, numa solenidade realizada no pátio de estacionamento do hospital.

A situação do funcionalismo municipal era caótica. Não conseguia receber salário e quando conseguia, era em duas ou mais parcelas, deixando completamente desestabilizada a vida financeira das famílias, que não conseguiam honrar seus compromissos com o fornecimento de energia elétrica, de água, com as prestações em lojas e crediários. E havia ainda a impressão, muito forte, de que o governo que assumiria não iria conseguir honrar a folha de pagamento.

A municipalização do ensino também era coisa muito séria. O Governador de São Paulo na época, Mário Covas, queria porque queria que os Municípios assumissem as escolas estaduais de ensino fundamental, utilizando o percentual orçamentário de 25% para mantê-las. Para alguns Municípios era um bom negócio, mas não para Rio Claro, que tinha, naquele tempo, cerca de 17 Emeis – Escolas Municipais de Educação Infantil, mantidas com os mesmos 25%. Caso a administração municipal aderisse à municipalização do ensino fundamental, teria, necessariamente, que fechar todas as Emeis.

Seria o caos. Nossa proposta, que depois apresentaríamos à Secretária Estadual de Educação, Rose Neubauer, uma mulher de trato difícil e “queixo duro”, seria municipalizar 20% ao ano e em cinco anos teríamos adequado o Orçamento Municipal e municipalizado 100% do ensino fundamental. A proposta não foi aceita na esfera estadual e não houve acordo. Mantivemos uma queda de braço durante todo o período e continuamos até hoje o processo de municipalização, sem necessidade de fecharmos as escolas municipais. Mas o Estado não conseguiu nos impor, goela abaixo, o tipo de municipalização que queria.

Após o primeiro encontro com Nevoeiro Júnior, houve outros contatos, por telefone ou epistolares, ao mesmo tempo em que a Frente Rio Claro preparava a equipe de governo e reunia membros da comunidade, candidatos, eleitos ou não, e professores da UNESP, em reuniões que aconteceram no hexágono da Universidade no alto do bairro Santana. Quase duas centenas de pessoas se reuniram em grupos distintos, para debater e deliberar sobre o plano de governo, fazendo os ajustes necessários à realidade que se descortinava.

Aos poucos, Cláudio de Mauro foi delineando os nomes que ocupariam esta ou aquela posição no Governo e definindo o plano geral e inicial de administração. Muitas nomeações para o chamado primeiro escalão deram certo e algumas poucas foram um desastre, fazendo lembrar aquele conceito de que um verdadeiro caráter só se revela quando lhe é dado um cargo de mando. Vimos pessoas que, a partir do momento em que lhes fora dado um cargo público de mando, revelaram-se verdadeiras “prima-donas”, dotadas de um ego imenso, mesquinhas e egoístas, a tal ponto que se lhes fossem oferecida sociedade de um prostíbulo com bonecas infláveis, topariam na hora, só para dividir o faturamento. Pode parecer exagero, mas é o único exemplo que me ocorre para comparar. Essas pessoas não duraram muito e acabaram defenestradas.

A partir da proclamação do resultado das eleições, criamos uma equipe de transição, cujos integrantes estariam encarregados de acompanhar o que ocorria nas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal, e transmitir os dados, mais próximos possíveis da realidade, à nova equipe de governo. Não foi tarefa fácil, já que muitos

dados eram sonogados ou escamoteados e tivemos que trabalhar com os dados possíveis.

Os dados eram poucos e insuficientes, mas dava para vislumbrar que enfrentaríamos uma pedreira pela Frente, como de fato enfrentamos.

Cláudio de Mauro e eu, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito, assumimos os cargos no dia 1º de Janeiro de 1997, de manhã, e após os discursos e assinaturas no livro de transmissão, acompanhamos Nevoeiro Júnior até a saída do Paço Municipal. Muitos de nossos adversários diziam que éramos um bando de moleques e aventureiros irresponsáveis, e que não agüentariamos seis meses à frente da administração e estaríamos entregando o abacaxi a um quitandeiro mais experiente. Ledo engano. Estávamos preparados e sabíamos perfeitamente o que nos esperava.

O primeiro tranco foi com a folha de pagamento. O governo anterior não havia pago o salário de dezembro e menos ainda o 13º salário, vencido em 31 de dezembro. O salário de dezembro deveria ser pago até o quinto dia útil de janeiro. Mas o caixa estava zerado. O saldo financeiro da Prefeitura em 31/12/96 era de R\$ 103.655,17. E o salário de janeiro deveria ser pago até o quinto dia útil de fevereiro. Resumindo, tínhamos três folhas de pagamento para pagar e o caixa dava eco. Isso sem contar as dezenas e dezenas de fornecedores, com créditos pequenos, médios e grandes vencidos que foram tungados de forma escandalosa pela administração que deixava o poder.

Ainda bem que a população, no geral, revoltada contra a administração que se findava, recusou-se a pagar o IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana de 1997 em dezembro de 1996, porque senão o desastre teria sido muito maior, já que entre o Natal e o Ano Novo de 1996, muito dinheiro saiu dos cofres públicos para pagar os fornecedores que mais lhes conviesse. Pode-se deduzir as razões de tanta generosidade, só não dá para provar. Infelizmente. Apenas para se ter uma idéia, até dezembro de 1996, a administração pagava aproximadamente 400 mil reais à empresa de ônibus José Alexandre Júnior para transportar cerca de 3.200 alunos, por mês. Atualmente, em 2002, a administração não chega a gastar 300 mil reais para transportar mais de 5 mil alunos. Havia, na época, muitos questionamentos sobre a diferença, todos até hoje sem justificativas convincentes.

Hélio Abdalla, Secretário de Finanças, com sua equipe e a colaboração de outros Secretários, conseguiu renegociar dívida com os fornecedores e fez um apelo à população para que pagasse o IPTU à vista, tendo obtido relativo sucesso. O que ajudou muito foi que muitos contribuintes se recusaram a pagar o IPTU de 1996 enquanto durasse o mandato da administração anterior. Ficaram inadimplentes em 1996, mas liquidaram seus débitos tão logo assumimos em 1997. Isso permitiu que gradativamente colocássemos em dia os salários do funcionalismo e fôssemos obtendo crédito no comércio local. Atualmente os fornecedores da Prefeitura não precisam mais fazer filas em frente ao caixa da

Tesouraria ou ficar implorando o recebimento de seus créditos, porque eles são automaticamente depositados em suas contas correntes. Não é à toa que as concorrências públicas realizadas pela Comissão Permanente de Licitação têm sempre muitos participantes. É consequência da credibilidade.

O primeiro mandato, de 1997 a 2000, foi financeiramente difícil. Ficamos ocupados em administrar dívidas homéricas e nos detivemos naquelas de origem duvidosa, analisando a documentação, as medições e constatando fraudes, encaminhando toda a documentação ao Ministério Público. Serão pagas apenas com ordem judicial. Ao mesmo tempo em que analisávamos a origem das dívidas, procuramos cortar todas as despesas inúteis e desnecessárias, habitualmente feitas sem o menor critério ou por critérios inconfessáveis, em absoluto desprezo para com o dinheiro público.

Dentre as despesas que decidimos podar estavam aquelas que eram destinadas à imprensa, de um modo geral. Essas despesas foram reduzidas a menos de 21% do que eram anteriormente. Em 1996, os três jornais diários que existiam receberam, juntos, R\$ 706 mil. Em 1997, esse valor despencou para R\$ 209 mil. Em 1998, a Prefeitura abriu uma concorrência pública para publicação dos atos oficiais (leis, decretos, editais), vencida pelo Jornal Cidade. No ano 2000, a despesa com publicações oficiais no Jornal Cidade foi de R\$ 147.758,50.

E, obviamente, como já esperávamos, gerou uma reação igual contrária que martelou a administração, especialmente a figura do Prefeito, diuturnamente durante todos os quatro anos, de maneira insistente e orquestrada, mas sem consistência.

No início tínhamos que fazer um tremendo esforço para resistir às manchetes que faziam de pingos d'água verdadeiras tempestades. Mas aos poucos fomos percebendo que a população começou a não dar mais tanta importância àquelas manchetes, percebendo claramente que se tratava de um jogo político oposicionista em consequência do esgotamento da fonte financeira que lhes dava folgada sustentação para manutenção dos custos.

Foram quatro anos de pura pauleira, onde redatores despreparados misturavam informações deturpadas com opinião pessoal desprovida de qualquer conhecimento básico sobre o assunto abordado. Perderam leitores, assinantes e se enfraqueceram, infelizmente. Tanto que o Jornal de Rio Claro, depois de mais de uma década de circulação diária, simplesmente fechou as portas, e o centenário Diário de Rio Claro tenta se recuperar, depois da reeleição da Frente Rio Claro. O único que cresceu, ampliou o número de assinantes e de leitores, foi o Jornal CIDADE, fruto de sua posição emocionalmente equidistante e de sua linha editorial aceitavelmente isenta.

Mas uso aqui o disse, ou melhor, escreveu, o articulista Santiago, na edição número 14, página 25, de *O Pasquim* 21: "E todos nós que vivenciamos as grandes redações sabemos quantos temas importantes são omitidos por contrariar interesses econômicos. A imprensa é mais maléfica pelo que omite do que pelas mentiras que publica." Na condição de cartunista, Santiago continua: "Quantas vezes temos um tema que nos inquieta, ficamos com uma puta vontade de expressar isso e somos impossibilitados porque o desenho teria que ser antecedido por uma enorme legenda informando o leitor sobre aquilo que o Jornal calou". Dizer mais não é preciso.

Isso não significa, em momento algum, que queríamos a imprensa engajada, tecendo elogios e ocultando de seus leitores os erros administrativos que certamente ocorreram e sempre que apontados com uma fundamentação sincera e construtiva, a equipe os assumia e procurava corrigi-los.

O que não se podia admitir era o verdadeiro massacre a que estávamos submetidos diariamente e tendo que recorrer ao Poder Judiciário para que "o nosso lado da história" fosse publicado e os leitores pudessem tirar suas próprias conclusões.

É possível que futuramente um historiador, distante do calor dos fatos, venha a analisar esse período da história de Rio Claro e, além de outras fontes, utilize-se também dos registros feitos pela imprensa. A comparação será inevitável e as conclusões não muito elogiosas. Essas conclusões ficarão para as futuras gerações. De nossa parte fica a esperança de que as pessoas que tiveram acesso ao estudo fiquem pasmadas, achando até que o historiador esteja exagerando, porque seriam situações e comportamentos impensáveis para elas.

Os integrantes da equipe nomeados por Cláudio de Mauro para comporem os chamados primeiro e segundo escalão do governo, basicamente Secretários e Diretores, com algumas exceções, conheciam pouco da dinâmica própria e característica de uma administração pública municipal. E quando digo dinâmica, estou me referindo aos trâmites burocráticos que transformam a máquina pública em um enorme paquiderme, daqueles que, entre pensar em mover a ponta do rabo e movê-lo, demora dois dias.

Alguns Secretários e Diretores tinham larga experiência na iniciativa privada, onde as decisões e movimentações são mais rápidas e menos burocráticas. Esses, aos poucos, foram aprendendo, na prática, que na iniciativa privada você pode fazer tudo o que a lei não proíbe, enquanto que na administração pública, você pode fazer apenas o que a lei autoriza. Uma pequena sutileza que faz uma grande diferença.

Outros tinham muita experiência e vivência na vida acadêmica e universitária, onde o ritmo de trabalho é menos corrido e onde se pode elaborar projetos para três, cinco, dez ou mais anos, com a certeza de

que ele não sofrerá solução de continuidade por ausência de verbas. Esses também aprenderam, na prática, que boa parte dos problemas na administração municipal exigem soluções imediatas, com rapidez e segurança. Havíamos recebido uma herança administrativa caótica e a pressão para que a enorme demanda reprimida fosse resolvida era quase insuportável.

E havia também aqueles que foram nomeados para cargos de primeiro e segundo escalão que faziam parte do quadro de funcionários da administração e conheciam muito bem o funcionamento da máquina. Esses ajudaram muito os demais a aprenderem o caminho das pedras. As pessoas naqueles cargos estavam profissional e intelectualmente preparadas para a função, mas tinham que aprender a dominar os mecanismos da burocracia.

Mas antes do final do primeiro trimestre a equipe já estava perfeitamente entrosada e transitando com desenvoltura pelas Secretarias, Diretorias, Coordenadorias e Seções que compunham os vários órgãos da administração municipal. A demanda reprimida, especialmente as reivindicações mais urgentes e básicas da população, que haviam sido jogadas para escanteio até o final de 1996, já estavam sendo atendidas, tornando a pressão bem mais suportável, possibilitando que pudéssemos colocar em prática o plano de governo traçado pela Frente Rio Claro.

Teríamos que ser firmes e perseverantes na implantação do nosso plano de governo, especialmente porque a trégua habitual de três meses que se costuma dar a um novo governo estava no fim e a oposição não ia ficar quieta, notadamente aquela constituída pelo grupo que havia perdido as eleições. Some-se a isso o fato de que a Frente Rio Claro não tinha conseguido eleger um número significativo de Vereadores, o que dificultava a aprovação de projetos que dessem os meios legais para as necessárias alterações na administração.

A população alimentava grande expectativa com relação ao desempenho do novo governo, já que a proposta política e administrativa da Frente Rio Claro estava consubstanciada no jornal de campanha "Reage Rio Claro", que foi discutida com a comunidade. A equipe toda sabia, portanto, que a proposta representava um projeto de reconstrução de Rio Claro em todos os seus aspectos: político, social, financeiro, administrativo e de serviços urbanos.

A Frente Rio Claro sabia que enfrentaria dívidas vultosas assumidas por administrações anteriores, precatórios não cumpridos, que poderiam provocar seqüestros da arrecadação municipal, uma dívida monstruosa com o recolhimento dos valores referentes à previdência social e ao Fundo de Garantia do funcionalismo, outra dívida imensa com a então CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo, que ameaçava cortar a energia fornecida aos próprios municipais, mais uma dívida enorme com a empresa que fazia a coleta de lixo domiciliar, que também ameaçava

paralisar suas atividades e outros percalços que não teriam ocorrido caso a administração anterior tivesse cumprido com suas obrigações. No dizer de Hélio Abdalla, Secretário de Finanças, “foi o inferno!”

E foi mesmo. A equipe de governo levou o ano de 1997 inteiro só para juntar os cacos e deixar a casa minimamente arrumada para conseguir trabalhar um pouco mais à vontade nos anos seguintes. Aos poucos as metas foram sendo atingidas, com uma equipe coesa e disposta, consciente da responsabilidade que pesava sobre seus ombros.

Aos poucos, também aqueles que apregoavam que éramos um bando de moleques irresponsáveis, e que não agüentariamos seis meses na administração, foram percebendo que estavam diante de um novo quadro político, em condições de governar e administrar a cidade com muito mais seriedade e competência do que eles. As inúmeras tentativas de dividir a Frente Rio Claro, de provocar um racha entre seus membros, foram em vão. Os dirigentes dos Partidos da Frente reuniam-se habitualmente e trocavam informações, o que era fundamental para manter a unidade do grupo e do governo. Foi criado o Conselho Político, do qual participavam dois membros de cada um dos Partidos da Frente Rio Claro, que periodicamente se reunia com o Prefeito e o Vice Prefeito para discussões de caráter político, administrativo e eventuais correções de rumos.

A maioria dos integrantes do Conselho Político não fazia parte do governo, não ocupava cargos, e assim tinha a visão dos que estavam “de fora” e as considerações e observações que faziam eram de grande importância. Aqueles que ocupam cargos públicos de certa relevância, sabem ou deveriam saber, que a maioria das pessoas que encontram nas ruas ou que recebem em suas salas de trabalho, por uma razão ou outra, acaba dizendo o que eles gostariam de ouvir e não necessariamente aquilo que eles deveriam ouvir, o que os leva, muitas vezes, a um sentimento e a uma visão equivocadas de seus procedimentos nos cargos que ocupam.

Acredito que uma das razões que levam cidadãos a serem agradáveis e elogiosos quando estão frente a frente com ocupantes de cargos públicos, evitando a crítica honesta e fundamentada, mesmo quando necessária, esteja calcada na tradição histórica da política brasileira da troca de favores. O cidadão, invariavelmente, acredita que se disser ao ocupante de cargo público o que ele precisa ouvir e não o que ele gostaria de ouvir, vai descontentá-lo e se um dia precisar da “força” daquele cargo para a solução de uma pendência, não será atendido.

Infelizmente ainda é assim e quantos políticos não acabaram fazendo grandes bobagens porque não souberam filtrar os elogios estimulantes que receberam para continuar no caminho que jamais deveriam estar trilhando. Pela mesma razão devem se cercar de assessores com senso crítico e descartar logo aqueles que revelam uma tendência incurável ao puxa-saquismo, para não serem levados a cair na mesma armadilha.

Outros que também traziam uma visão “de fora” eram os integrantes do Conselho Sindical, formado por membros das diretorias dos diversos sindicatos baseados em Rio Claro, patronais ou de empregados, com os quais nós nos reuníamos periodicamente e que deram contribuições importantes para a administração da Frente Rio Claro.

Foi com o plano de governo divulgado e debatido durante a campanha, ajustado sempre que fosse preciso, com as reuniões do Conselho Político e do Conselho Sindical, com as Associações de Bairros, as entidades civis organizadas, que o governo foi colocando em prática suas metas, cujos resultados não eram imediatos.

Mas foram aflorando e a população os percebeu e sentiu que a administração havia dado uma guinada de 180 graus, para melhor.

Uma das experiências mais gratificantes, que tive o privilégio de coordenar, a pedido de Cláudio de Mauro, foi a realização das eleições para a escolha dos sub-prefeitos dos Distritos de Ferraz, Ajapi, Batovi e Assistência, onde a população, através do voto direto e secreto, escolhia o mais indicado dentre os candidatos que se apresentavam.

Nesses Distritos a indicação dos coordenadores era sempre feita pelo Prefeito e ficava restrita entre participantes do grupo político que o apoiava. A eleição por voto direto e secreto havia sido proposta de campanha e nós a colocamos em prática no primeiro trimestre de 1997. A primeira eleição foi bastante trabalhosa, porque estávamos partindo do zero. Tínhamos que estipular um mínimo de regras, dar prazo para a inscrição dos candidatos, definir prazos, elaborar cédulas, escalar voluntários para as mesas receptoras de votos e para as mesas apuradoras e estimular a população a participar, uma vez que o voto não era obrigatório.

O mandato dos sub-prefeitos seria de dois anos e poderia inscrever-se qualquer pessoa, desde que comprovasse residência e inscrição como eleitor no Distrito em que se candidatasse. Não se exigia filiação partidária. E por isso fomos advertidos por várias pessoas a abandonar a idéia, argumentando que corríamos o risco de vermos eleitas pessoas ligadas a partidos políticos adversários. Desconsideramos esse argumento e tocamos o processo em frente.

A decisão foi acertada. Vários candidatos se inscreveram em cada um dos Distritos e houve uma grande mobilização da população, com mais de 70% de comparecimento no dia da votação. Feita a apuração e a totalização dos votos, Benito foi eleito em Ferraz, Stoco em Ajapi, Ditinho em Batovi e Fininho em Assistência. Foram nomeados e cumpriram exemplarmente seus mandatos, como elos de ligação entre os moradores dos Distritos e a administração.

Os sub-prefeitos tinham assento e voz nas reuniões do Secretariado, realizadas todas as segundas-feiras de manhã no salão de despachos do

Gabinete do Prefeito e nessas reuniões eles expunham as necessidades dos Distritos diretamente ao Prefeito e aos Secretários das respectivas áreas. Ali mesmo eram feitos os encaminhamentos e elaborados os cronogramas de atendimento. A prática estava dando certo e em momento algum a administração teve problemas com os sub-prefeitos.

Essa experiência inovadora repetiu-se no início de 1999, ao final dos dois anos de mandato. Com exceção de Benito, em Ferraz, os outros três foram candidatos à reeleição e acabaram reeleitos com folgada maioria de votos. Em Ferraz foi eleito Paulo Ceccato. A população, mais uma vez, participou maciçamente, mesmo o voto não sendo obrigatório. O mandato dos sub-prefeitos terminaria também junto com o nosso, em 31 de dezembro de 2000, já que naquele momento não estávamos pensando em reeleição. A manutenção de eleição diretas nos Distritos ficaria por conta da vontade do próximo Prefeito de Rio Claro.

Apenas para concluir esse trecho sobre a eleição nos Distritos, vou adiantar um pouco os fatos. Com a reeleição minha e de Cláudio de Mauro em 2000, deveríamos ter realizado nova eleição nos Distritos no início de 2001, e de fato a teríamos realizado, se em setembro de 1999 a Justiça do Trabalho local não tivesse concedido uma liminar em ação judicial promovida pelo Ministério Público do Trabalho proibindo qualquer contratação de funcionários sem a realização de concurso público, e estipulando uma multa de 500 reais/dia por funcionário contratado irregularmente a partir daquela data.

Para a realização de concurso público, tínhamos que promover uma ampla reforma administrativa, com a criação de cargos no quadro do funcionalismo público municipal e a inclusão dos cargos de sub-prefeitos como cargos de confiança, isto é, de livre nomeação e exoneração do Prefeito. Não foi uma tarefa fácil, porque envolvia os interesses de centenas e centenas de funcionários e o projeto deveria ser discutido e votado pelo Legislativo Municipal.

Depois de idas e vindas, o projeto de reforma administrativa acabou sendo votado e aprovado no final de 2001. Assim, antes de realizarmos a eleição nos Distritos no início de 2001, analisamos duas hipóteses. A primeira era a que se os atuais sub-prefeitos fossem reeleitos, não haveria problema, porque daríamos continuidade aos contratos de trabalho celebrados, anteriores à liminar. A segunda hipótese era a que corríamos o risco de vermos eleitos outros candidatos, que ficariam na situação do "ganha, mas não leva", porque não poderíamos contratá-los sem desrespeitar a liminar. O risco de se concretizar a segunda hipótese era tanto quanto o de se concretizar a primeira, com a agravante de que teríamos mobilizado centenas e centenas de pessoas para nada. Preferimos não arriscar e manter os atuais sub-prefeitos até que a situação esteja plenamente resolvida.

A liminar acabou sendo confirmada por sentença no final do ano 2000 e aumentou a multa diária por funcionário contratado sem concurso

público de 500 reais/dia para 1000 reais/dia. Está em fase de recurso, mas tudo indica que o Tribunal Regional do Trabalho irá mantê-la, com base em dispositivos constitucionais. Apenas a título de informação, tanto a liminar quanto a sentença declaram que os contratos de trabalho celebrados desde 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição, sem concurso público, são nulos. Isso significa que se o Tribunal, em Acórdão, mantiver a sentença, aproximadamente 1.600 funcionários públicos municipais contratados sem concurso desde 5 de outubro de 1988 serão sumariamente demitidos.

Nos quatro anos de mandato cometemos erros e tivemos alguns deslizes, mas nem de longe os erros e os deslizes foram deliberados e evitados de má-fé. Todos trabalhavam intensamente, a equipe era reduzida e as demandas volumosas. Mas sempre mantivemos o princípio da realização de uma administração transparente, progressista e séria, porque era exatamente isso que a população que nos elegeu esperava. Uma população que havia sofrido decepções e havia sido humilhada por políticos que elegeira em outras ocasiões. Era preciso devolver-lhes a auto-estima e fazê-la acreditar que não estava sendo enganada e que a coisa pública estava sendo tratada da melhor forma.

Sabemos que tem sido hábito das administrações públicas no Brasil a utilização dos movimentos populares, dos sindicatos e demais representações para manobras fisiológicas. Geralmente as entidades são chamadas a participar de projetos que não influem decididamente na gestão municipal, mas quando os representantes da comunidade desejam consolidar e ampliar seus espaços de participação nas decisões que podem afetar toda a comunidade, as administrações, através de seus mandatários, deixam de convidá-las.

Essa prática tem desestimulado e enfraquecido a participação das entidades de representação, porque mesmo ouvindo os que estão participando do jogo, sabem que não estão indo além de meros espectadores de arquibancada. Isso é consequência da idéia de que os membros da comunidade não estão preparados para opinar e coletivamente decidir sobre projetos e ações administrativas e de governo que acabam afetando a todos, de uma maneira ou de outra. Quando a prática é diferente do discurso, do tipo que "fala uma coisa faz outra", a população percebe e se afasta, desconfiada. Esse afastamento, mal interpretado por certos mandatários, os leva a uma atitude de donos da verdade, autoritária e arrogante, fazendo com que a população se afaste ainda mais.

A Frente Rio Claro sempre considerou que a administração pública, através de suas políticas, deve ser constituir em ações coletivas e, para isso, tem de reconhecer e respeitar o pluralismo de idéias, a existência dos movimentos populares organizados, representações sindicais e sociais, respeitando sempre a independência de cada um deles, incentivando a participação e abrindo canais de comunicação.

O afastamento da população e das entidades ficou claro quando começamos a colocar em prática o Orçamento Participativo, no início da administração. Dividimos a cidade por bairros ou por regiões, dependendo da densidade populacional e do perímetro de cada bairro, agendávamos as datas nas escolas ou centros comunitários, nas quais compareciam o Prefeito e sua equipe, para discutir e deliberar com os moradores as prioridades para aqueles bairros ou regiões. O princípio era de que ninguém melhor do que os moradores para saber onde mais o sapato apertava.

No primeiro ano de implantação do Orçamento Participativo poucas pessoas compareciam às reuniões, apesar de amplamente divulgadas. Era o reflexo das práticas anteriores, que mantinham a população na arquibancada, como mera espectadora, enquanto discursavam dizendo que ela estava participando do jogo. O afastamento era flagrante.

Aos poucos, mantendo a coerência entre o discurso e a prática, a equipe foi revertendo aquele quadro e nos anos seguintes as reuniões para dar continuidade ao Orçamento Participativo foram muito concorridas. A população comparecia, discutia e deliberava. O mais importante é que o Orçamento Municipal, uma peça complexa, conhecida e entendida por poucos, começou a ter seus princípios básicos assimilados pela população, inclusive por segmentos de menor escolaridade.

O importante dessa assimilação era porque para o orçamento Participativo era destinado um determinado percentual do Orçamento Municipal, que contemplava todas as receitas e todas as despesas da administração, em todas as áreas. Assim, quando se discutia as prioridades dos bairros ou regiões, a lista final era grande, principalmente porque há muito tempo não se investia em serviços e infra-estrutura no Município, fazendo com que as carências se multiplicassem.

Mas dada à assimilação dos princípios básicos da peça orçamentária, os participantes sabiam que, ao deliberarem sobre as prioridades, deveriam eleger o que chamávamos de "a prioridade mais prioritária". Dependendo do bairro ou da região, "a prioridade mais prioritária" podia ser duas, três ou mais obras ou serviços, todas limitadas ao percentual previsto para aplicação. E as razões dos limites estavam claras para a população. Ela sabia que não havia dinheiro suficiente para atender todas as reivindicações, porque era necessário manter as escolas, a merenda, as unidades de saúde etc.

O Orçamento Participativo foi e continua sendo uma vivência enriquecedora para todos, equipe de governo e população, porque não cria falsas expectativas e, em conseqüência, não gera frustrações. Quando as pessoas conhecem as razões pelas quais esta ou aquela reivindicação não é atendida e as entendem, podem estar certos de que elas vão trabalhar para que aquelas razões desapareçam.

A Frente Rio Claro, que os adversários apostavam que não agüentaria os primeiros meses de mandato, continuava unida e consolidada no Município. E isso causava espanto e ares de incredulidade em outros Municípios e outras esferas de governo, especialmente quando as pessoas eram informadas que uma coligação envolvendo também PT e PMDB estava dando tão certo. As duas siglas sempre foram adversárias históricas, inclusive em Rio Claro. Resumidamente, mas em todas as oportunidades, fazíamos uma retrospectiva de como ela surgiu e quais eram seus objetivos. Com o tempo, a histórica se espalhou e tornou-se conhecida nos meios políticos. Mas nunca deixou de causar espanto.

Em reuniões e encontros fora de Rio Claro, bastava dizermos de onde éramos e logo vinha a pergunta, mais uma afirmação do que uma pergunta: não foi lá que vocês conseguiram unir numa mesma coligação o PT e o PMDB? Respondíamos e completávamos: foi, mais o PV e o PPS. As pessoas ficavam curiosas para saber como estava o relacionamento entre os integrantes das duas siglas. Ao saberem que o relacionamento era o melhor possível, com respeito mútuo, entrosamento e muito diálogo, nossos interlocutores geralmente coçavam a cabeça e acabavam nos parabenizando. A formação da Frente Rio Claro até hoje ainda é paradigma para a formação de coligações.

Um dos testes pelos quais a Frente Rio Claro passou e os adversários não só não acreditavam, mas apostavam na sua dissolução, foram as eleições de 1998. Eram eleições gerais, para deputado estadual, federal, senador, governador e Presidente da República. Só não abrangia os cargos eletivos municipais. Os partidos que integravam a Frente tinham candidatos em todos os cargos. Como a Frente se comportaria? Os Partidos iriam digladiar entre si? Iriam romper? Haveria um racha que os afastaria de maneira irreconciliável? A oposição e os adversários se deliciavam com essas perguntas, porque a todas davam uma resposta positiva.

Mas se enganaram e subestimaram a capacidade de entendimento dos Partidos da Frente. Seus dirigentes, depois de algumas reuniões, de forma madura e sensata, deliberaram que cada Partido trabalharia pelos seus candidatos, e que esse trabalho em momento algum viria afetar o projeto político em desenvolvimento no Município. E mais, que o candidato a governador e a presidente da República que fosse para o segundo turno, sendo de um dos Partidos da Frente, teria o apoio de todos os outros. E caso os candidatos que estivessem no segundo turno não fossem de nenhum dos Partidos da Frente Rio Claro, todos estariam livres para apoiar quem melhor lhes aprouvesse ou fechariam em torno de um deles, o que seria mais provável, porque dificilmente dois candidatos de esquerda ou dois de direita estariam no segundo turno. A Frente, pela sua vocação, fecharia com o candidato de esquerda ou centro-esquerda.

A essas alturas, o instituto da reeleição para cargos executivos já havia sido aprovado pelo Congresso Nacional; Mário Covas era candidato à reeleição para o Governo de São Paulo e Fernando Henrique Cardoso

para a Presidência da República. No primeiro turno, cada Partido da Frente cuidou de seus candidatos e em momento algum isso afetou a Frente Rio Claro. Para o cargo de Governador de São Paulo, foram para o segundo turno Paulo Maluf, do PPB, e Mário Covas, do PSDB. Nenhum dos dois pertencia aos Partidos da Frente. Mas entre Maluf e Covas, a Frente Rio Claro optou por Covas e ressaltou-se que foi a primeira vez que Maluf perdeu uma eleição em Rio Claro para cargo majoritário.

Para o cargo de Presidente da República, foram para o segundo turno Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Obviamente a Frente Rio Claro apoiou o candidato do PT, Lula. Nem poderia ser diferente. Realizado o segundo turno, Mário Covas foi reeleito Governador de São Paulo e Fernando Henrique para a Presidência da República. Terminado o processo eleitoral de 1988, a Frente Rio Claro continuou seu trabalho na administração municipal, com uma preocupação a mais: as eleições do ano 2000, para os cargos eletivos municipais.

Houve algumas abordagens e algumas conversas sobre o assunto no primeiro semestre de 1999, que começaram a se aprofundar no final do segundo semestre do mesmo ano. Aventava-se a possibilidade de lançar a mesma dobradinha Cláudio de Mauro/Cláudio Zerbo à reeleição ou lançar outros candidatos. Essas hipóteses foram muito discutidas e avaliadas, num procedimento semelhante ao ocorrido em 1996.

Entre janeiro e fevereiro de 2000, alguns entevistos entre os Partidos que formavam a Frente, especialmente entre o PT e o PMDB, começavam a virar notícias de jornais. Eram entevistos normais e aceitáveis em ano eleitoral e entre Partidos com personalidades tão fortes. O PT propunha que Cláudio de Mauro fosse candidato à reeleição, mas que tivesse como vice a vereadora Raquel Picelli, da mesma sigla. Parte do Diretório do PMDB propunha que eu fosse o candidato a Prefeito, tendo a Raquel como vice ou, caso o PT não aceitasse, o vice também fosse do PMDB. Quem acompanhou o desenrolar das discussões pela imprensa ou pelas rodinhas políticas nas esquinas, acreditava que a dissidência era séria e que a Frente estaria desmoronando. Mas quem estava no cerne da questão sabia e acreditava que o desmoronamento não ocorreria. Como de fato não ocorreu.

A proposta do PMDB era alimentada pelo Deputado Federal Nelo Rodolfo, recém-filiado ao Partido pelo Diretório Regional de São Paulo. Oriundo do PPB, ex-presidente da Câmara Municipal da Capital, instalou escritório político em Rio Claro achando que poderia mandar e desmandar no PMDB local. Não foi bem do jeito que ele queria, mesmo porque ele não tinha a menor idéia do que significava o PMDB local e a Frente Rio Claro.

O PMDB local havia realizado sua Convenção Municipal, reelegendo Du Altamari como Presidente da Comissão Executiva e praticamente todos os membros do Diretório anterior, tendo encaminhado toda a documentação à Justiça Eleitoral. Mas cometemos uma falha imperdoável:

esquecemo-nos de encaminhar a documentação ao Diretório Regional de São Paulo, para que a Convenção e o novo Diretório fossem registrados no Tribunal Regional Eleitoral. Com base nessa falha, grave por sinal, e instigados pelo deputado, os peemedebistas Octávio José Chiossi, Mathias Martinez, Nelson Anunciato (Fubá) e Maria Emília Martins protocolaram junto ao Diretório Regional do PMDB um pedido de destituição de todos os membros locais, anulação da Convenção e nomeação de uma Comissão Provisória do Partido em Rio Claro.

Com a destituição do Diretório eleito na Convenção Municipal, a Comissão Provisória seria constituída pelas pessoas que a haviam solicitado e assim poderia lançar candidatos próprios e romper com a coligação que formava a Frente Rio Claro. Felizmente aquelas pessoas perceberam a tempo que não estavam sendo leais e acabaram recuando. Afinal, eram e continuam sendo companheiros de muitos e muitos anos e a atitude mais correta teria sido a de alertar o Presidente do PMDB local de que o Diretório não estava registrado junto à Regional. Teríamos encaminhado a documentação e tudo teria sido resolvido sem traumas, como afinal aconteceu, mas não sem traumas.

Durante um certo tempo as relações entre os membros do Diretório do PMDB que apoiavam a nomeação de uma Comissão Provisória e as que não apoiavam, permaneceram estremecidas. Mas esse estremecimento não durou muito tempo e os grupos acabaram se compondo. O deputado Nelo Rodolfo acabou se inteirando do significado político da Frente Rio Claro, manteve várias reuniões com a direção do PMDB local e hoje é um grande e importante aliado, não só do PMDB como da administração municipal.

As reuniões e discussões sobre as candidaturas para as eleições de 2000 continuaram até a data das convenções, marcadas para o final do primeiro semestre. Durante esse período, muito se discutiu e muito se avaliou. A essas alturas, mais dois Partidos se juntaram à Frente Rio Claro: o PSB – Partido Socialista Brasileiro e o PC do B – Partido Comunista do Brasil. A Frente Rio Claro estava então formada pelo PV/PMDB/PT/PPS/PSB/PC do B.

Ao final, os Partidos da Frente Rio Claro decidiram manter a dobradinha Cláudio de Mauro/Cláudio Zerbo e, em 26 de junho de 2000, os dirigentes dos seis Partidos assinaram um documento que denominaram de “PRINCÍPIOS QUE NORTEARÃO A UNIÃO DOS PARTIDOS DE CENTRO-ESQUERDA EM RIO CLARO NO ANO 2000”, transcrito a seguir:

“Ao defendermos a unidade e a vitória através dos Partidos PV/PMDB/PPS/PSB e PC do B para as eleições de 2000, reafirmamos os princípios que levaram à formação da Frente Rio Claro em 1996 e propomos as seguintes medidas que deverão ser implementadas imediatamente após o resultado favorável das urnas:

CONSELHO POLÍTICO

A implantação efetiva do Conselho Político de representantes dos Partidos que compõem a Frente Rio Claro, como forma regular de discussão e de deliberação política para o enfrentamento das questões políticas e administrativas do Município.

SECRETARIA DE GOVERNO

A criação de uma Secretaria de Governo para articulação e encaminhamentos políticos, de planejamento, de direcionamento para elaboração de projetos e busca de recursos financeiros para a implantação de obras. Enquanto ela não se cristaliza na Reforma Administrativa, de cargos e salários, que é uma exigência administrativa de modernização da administração pública, que deverá ser feita de forma ampla e democrática, entendemos ser função do Gabinete do Prefeito a responsabilidade por esse papel, espelhando a composição e os princípios da Frente Rio Claro.

PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO

A implantação de um Plano de Ação de Governo que promova uma efetiva inversão de prioridades, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente e cultura. Diferente dos populismos de direita ou de esquerda, essas propostas não são paliativas, mas correspondem a um projeto estratégico de cidade que faz do bem-estar dos cidadãos o elemento central para o desenvolvimento econômico local.

Desenvolveremos, ao mesmo tempo, iniciativas imediatas que combatam os efeitos localizados da crise geral. É o caso dos programas de Renda Mínima, de bolsa-escola, do apoio à micro, pequena e média empresa, através de Bancos do Povo e/ou outras agências, dos projetos emergenciais de emprego, de requalificação profissional, de abastecimento, de mutirões habitacionais, de urbanização e regularização de ocupações, de assentamentos de famílias de baixa renda.

Promoveremos, para além das iniciativas de combate aos efeitos locais da crise geral, ações voltadas ao desenvolvimento local integrado, combinando o fortalecimento da economia aos processos de inclusão social, às ações urbanísticas que criem espaços públicos qualificados, apropriáveis pelo conjunto da população, à valorização do meio ambiente, bem como a democratização, modernização e fortalecimento do Estado em nível local. Trata-se, pois, de implementar um modelo de desenvolvimento local que, em termos de conteúdo e método, expresse concretamente uma alternativa ao ideário neoliberal; no conteúdo, ao priorizar as micros, pequenas e médias empresas, as cooperativas, a geração de trabalho e renda, assim como a efetiva articulação entre produção, distribuição de renda e riqueza; no método, criando espaços de participação da cidadania que favoreçam o debate público dos conflitos

sociais, das diferenças de perspectivas e as ações que, daí derivadas, estimulem a cooperação entre os agentes em contraposição à competição individualista e à guerra fiscal aplicadas pela perspectiva neoliberal.

Defenderemos os direitos humanos e ampliaremos os direitos da cidadania com a adoção de políticas ativas e permanentes que combatam a discriminação contra negros, mulheres, jovens, anciãos e portadores de deficiências.

Democratizaremos a Prefeitura, colocando-a sob controle social, estimularemos para tanto os Orçamentos Participativos, a gestão pública de políticas sociais, a fiscalização dos cidadãos sobre os serviços. Lançaremos mão de modernos instrumentos de comunicação, sobretudo da informática, que permitam maior acesso (e interferência) dos cidadãos à condução da administração. Todas essas e outras iniciativas correspondem à necessidade de constituição e ampliação de um espaço público, essencial para garantir a participação popular e, com ela, aprofundar a democracia.

Modernizaremos a máquina administrativa, descentralizando-a e tornando-a mais transparente. Uma política de saneamento fiscal permitirá garantir investimentos públicos essenciais e uma política de remuneração que dignifique o funcionalismo. Prosseguiremos no combate à corrupção e ao seu uso de dinheiro público. Realizaremos políticas tributárias que beneficiem os menos favorecidos da sociedade.

Manteremos a luta contra qualquer reforma tributária que venha a retirar tributos e/ou recursos dos Estados e Municípios, lutando por uma nova distribuição tributária que favoreça Municípios e Estados.

Nossa administração manterá e aprofundará sua marca de experimentalismo econômico, social e político. Será ainda mais: laboratório de inovações tecnológicas, de preservação, valorização da dimensão sócio-ambiental nas políticas públicas, de valorização das mais variadas experiências artísticas e de difusão de bens culturais, nos marcos do mais absoluto pluralismo, de exercício de democracia. Comprometidos essencialmente com os trabalhadores, nossa administração contemplará igualmente a classe média, os profissionais, os pequenos, médios e microempresários.

O GOVERNO DA FRENTE RIO CLARO

A composição do governo da Frente Rio Claro deve se pautar pelos princípios que nortearam a sua construção, representando seu aspecto de composição política. Para tanto, entendemos que o primeiro e o segundo escalão de Governo devam desempenhar papéis, cabendo ao Chefe do Executivo a escolha dentre os indicados. Será de responsabilidade do Chefe do Executivo e dos Partidos da Frente a avaliação dos desempenhos das pastas na gestão do interesse público e social.

A REELEIÇÃO DO PROJETO

Os Partidos da Frente Rio Claro, que aprovam este documento, entendem que, para as eleições de 1º de outubro de 2000, os nomes de Cláudio Mauro e Cláudio Zerbo reúnem condições de representar e conduzir o projeto de centro-esquerda em nossa cidade que priorizam os interesses da maioria da população, dos trabalhadores, dos mais pobres, dos excluídos, dos desprotegidos, em busca de uma sociedade mais justa, que são anseios da união dos Partidos que compõem a Frente e expressos nos princípios deste documento.

Rio Claro, 26 de junho de 2000.”

Assinam:

Partido Verde – PV

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Partido dos Trabalhadores – PT

Partido Popular Socialista – PPS

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Partido Comunista do Brasil – PC do B

Na data em que esse documento foi divulgado, os Partidos da Frente já haviam realizado suas Convenções e repetido o mesmo processo descrito no início deste texto, quando das eleições de 1996. Com o instituto da reeleição, Cláudio de Mauro pôde disputar o segundo mandato sem se afastar do cargo de Prefeito. Quanto a mim, por força da legislação eleitoral, pedi exoneração do cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito seis meses antes das eleições e reassumi o cargo de Procurador Judicial do Município, cargo de carreira que ocupava há quase duas décadas e, desse cargo, também por exigência legal, afastei-me três meses antes da data das eleições, assim como qualquer outro candidato que fosse funcionário público, quer municipal, estadual ou federal.

Até o final de junho e início de julho de 2000, permanecia um impasse no comando do Diretório do PSB de Rio Claro. Na noite de 30 de junho, os integrantes do Partido realizaram dois encontros em locais diferentes, quando cada ala que disputava o comando definiu sua lista de candidatos a vereador e o apoio a coligações diferentes. O grupo liderado por Dinael Rodrigues de Oliveira defendeu o apoio à Frente Rio Claro e o grupo liderado por José Eduardo Leite Jr. defendeu o apoio à coligação Avança Rio Claro, que tinha como candidato a Prefeito Kal Machado e a Vice, Patrícia Sasaki, e era formada pelo PSDB/PRP/PTB e PSC.

Dinael de Oliveira declarou ao Jornal CIDADE de 2 de julho que tinha em mãos um comunicado da Executiva Estadual do PSB, que delegava poderes à Comissão Provisória que estava sob seu comando, e afirmou: “Já definimos o apoio à Frente Rio Claro. Na listagem oficial dos integrantes do PSB que está no Cartório Eleitoral, nomes de membros do outro grupo, como Joel Conceição, nem constam. O Presidente do PSB em

Rio Claro sou eu, e no congresso de sexta-feira definimos o apoio às candidaturas de Cláudio de Mauro e Cláudio Zerbo.”

No mesmo texto jornalístico, José Eduardo Leite Jr. declarava que “o apoio do PSB às candidaturas de Kal Machado e Patrícia Sasaki já estava concretizado. Não existe impasse no PSB.” O caso acabou ficando para a Justiça Eleitoral resolver e, no final, acabou prevalecendo a ala liderada por Dinael de Oliveira e a permanência do PSB na coligação da Frente Rio Claro.

Nas eleições de 2000 havia quatro candidatos a Prefeito e seus respectivos vices, abrigados em quatro coligações, com dezoito siglas partidárias e somando 276 candidatos ao Legislativo Municipal, dos quais 49 eram do sexo feminino, oito a mais do que nas eleições de 1996. Em compensação, nas eleições de 1996 havia 195 candidatos à Câmara Municipal e seis candidatos a Prefeito, dois a mais do que nas eleições de 2000. E como este texto talvez se preste mesmo a ser um registro histórico, entendo ser conveniente relacionar os candidatos e seus respectivos Partidos:

**COLIGAÇÃO “FRENTE RIO CLARO”
PV/PMDB/PT/PPS/PSB/PC do B
Prefeito: Cláudio de Mauro (PV)
Vice: Cláudio Zerbo (PMDB)**

CANDIDATOS A VEREADOR DO PV:

Luiz Aedno Colicchio
Otavio Rodrigues Dalonso
Nilson Ferreira de Lima
Paulo Alberto Bortolin
Marcos Bertoni de Moraes
Rubens Santana
Ides Maria Piccolli Christofolletti
Renegildo Donizete Scienza
Ormil Alves Pilatti
Aparecido Pasqual Pereira Mendes
Helio Jose de Jesus
Percy de Oliveira
Maria Jose Ossik

CANDIDATOS A VEREADOR DO PMDB

Álvaro Baungartner (Cobrão)
Álvaro Honório da Silva
Antonio Alcione da Silva
Antonio Morgado Neto
Carlos Pizzonia
Dirceu dos Santos
Elisabete Ellias Figueiredo

Fernando de Godoy Lima Filho
Francisco Medina
Gilmar Roberto Webeek
Joanzil Cervezan Jr.
João Carlos Rabelo
João Rodrigues Ruiz
José Roberto Reginato
Maria Emilia Martins
Maria Natalina de Moraes Colange
Nelson Anunciato (Fubá)
Nilza Correia Lourenço Freitas
Nivaldo Lopes
Odete de Souza
Odilson Paulino Feitosa
Paulo Roberto Toniza
Renê Ubirajara Neubauer
Sérgio Guilherme
Sérgio Jose Marchiori
Sílvia Aparecida Martins

CANDIDATOS A VEREADOR DO PT

Divaldo Casimiro
Daniel Carnier
José Carlos dos Santos
José Carlos Duarte
Paulo Bau
Ruy Arnosti de Almeida
Maria Amélia Cestaro
Jovair Augusto
Sergio Desiderá
Nicolau Carlos Rio (Carlão Magiclic)
Ailton Penha de Souza
Izilda Francisca Bortolin
Raquel Picelli Bernardinelli
Osório Quadros de Varanda Castro
Wanoeles Ramos Ribeiro
Alcindo Gallo
Dirceu Luiz Baungartner
José Laerte Góes (Pele)
Julio Antonio do Nascimento Filho

CANDIDATOS A VEREADOR DO PPS

Ademilson Francisco Leite
Alexandre Augusto Ribeiro da Silva
Anderson Luiz Silva Andreetta
Ângelo Reinaldo Costa do Nascimento
Antonio Barbosa Cavalcanti
Carlos Roberto de Freitas Bull

Edison Luiz de Souza
 Emilio Carlos Vargas
 Elerson Pereira da Silva
 Francisco Quintino da Silva
 Jose Antonio Pereira
 Maria Aparecida Baptista Juliano
 Marilene Seneme Costa
 Mauro Alexandre Morgado
 Miguel Rodrigues
 Rafael Amâncio Martimiano
 Silvana Ribeiro da Silva
 Vilson Nunes Damião

CANDIDATOS A VEREDOR DO PSB

Dinael Rodrigues de Oliveira
 Eduardo Calderon
 Exedito Costa

CANDIDATO A VEREADOR DO PC do B

Sérgio Andrade

COLIGAÇÃO "SERIEDADE 2000"

PDT/PHS/PTN

Prefeito: Azil Francisco Brochini (PDT)

Vice: Augusto Hofling (PDT)

CANDIDATOS A VEREADOR DO PDT

João Alem Sobrinho
 Pedro Gilberto Tomazella
 Guilherme Pfeifer
 Mario Zaia
 Pedro Alves Batista (Apache)
 Luiz Antonio Martins
 Silas Soares de Carvalho
 Claudemir Rodrigues da Silva
 Daniel Ferreira da Costa Moreira
 Idair Maganha
 Adalto Candido Pereira
 João José dos Santos
 Ricardo Cícero de Araújo
 Sergio Bianchini
 Rui Barbosa de Paula Lopes
 Reinaldo Aparecido Batista
 Claudemir Hirata
 Vicente Cândido (Pavão)
 Jayme Pecorari
 Dionísio Ferraz de Lima

Isael Batista de Souza (Isael Baike)
 Isaura Aparecida Sarti
 Rosângela Sebastião Franco
 Maria Madalena Simionato
 Vera Lucia de Lima Santos
 Iraci de Oliveira
 Maria do Carmo Lopes de Moraes
 Marcos Guilherme
 Milton Duarte
 José Roberto Rocom

CANDIDATO A VEREADOR DO PHS

Maria Ivanir Carbonezi Vidal

CANDIDATOS A VEREADOR DO PTN

Doraci Curtulo
 Lourdes Cristina Gienie Barbi
 Eliana Lazara Francisca da Silva
 Marco Roberto Vicente
 Antonio José dos Santos
 César Augusto Vavassori
 Gerson Luiz Garcia Carrasco

COLIGAÇÃO "RIO CLARO NOS TRILHOS" PL/PPB/PFL/PSD

Prefeita: Candinha Demarchi (PL)
Vice: Gunar Koelle (PPB)

CANDIDATOS A VEREADOR DO PL

Alvimar Santana
 Antonio Jose Aredes (Tem Zé)
 Aparecida Benedita Cancian
 Carlos Alberto Capra (Carlão Pé no Chão)
 Carlos Roberto de Souza
 Célio Jose Escher
 Eduardo Varussa
 Heitor Alves
 João Luiz Amaro
 José Spiller
 Julio César Bellodi
 Luiz Carlos Franco Barbosa
 Márcia Maria Borgi
 Marcos Palombo
 Mariângela de Lourenço Berzaghi
 Paulo Roberto Paoli
 Sebastião Baptista

CANDIDATOS A VEREADOR DO PPB

Antonio Roberto França (Gijo)
Aribelton Soares de Godoy
Benedicto José Zaine (Dito Zaine)
Edijalma Valdir Momesso
Eduardo Vidal
Enésimo Jorge de Souza Ferreira
Flavio Roberto Rocca
Friedrich Wilhelm Braunm (Fritz Braun)
Humberto Burbarelli
José Acácio Bianchi
José Vicente de Paula Oliveira
Luiz Eugenio da Silva
Marcelo Baliero
Marco Antonio Mendonça
Maria Aparecida de Medeiros
Mônica Hussni Messetti
Nadia Regina Manzo
Orlando Duarte de Almeida
Oswaldo Casella
Pedro Lopes de Abreu
Pedro Silva
Reinaldo de Carvalho
Selma Regina Gava
Sergio Cantiero
Sonia Barbanera
Terezinha da Rocha Ferreira
Valdir Raimundo
Walter Palermo
Wilson Figueiredo Jr.

CANDIDATOS A VEREADOR DO PFL

Francisco Garrito (Chico Prefeito)
José Carlos Roatt
Miguel do Carmo Medeiros
Nélio Herrera Pacheco
Osmar Baungartner
Otavio Forti Ferreira da Silva
Paulo Sergio Raulino
Renato Alves Marinho
Ricardo Haick
Ronan Augusto Reginato
Sérgio Carnevale
Ulisses Andrioli Jr.

CANDIDATOS DO PSD

Douglas Pinto Ribeiro

Maria de Lourdes da Silva
Neusa Helena Tristão Zanfelice
Orlando Bressani
Sônia Natalina Surge

COLIGAÇÃO "AVANÇA RIO CLARO"
PSDB/PRP/PTB/PSC
Prefeito: Kal Machado (PSDB)
Vice: Patricia Sasaki (PRP)

CANDIDATOS A VEREADOR DO PSDB

Alexandre Vitório da Cunha
André Luiz de Godoy
Aparecido Eduardo Bernardo
Bárbara Mackey
Djalma Lino
Ernesto Eduardo Belan
Felício Fontana
Gislene Augusto
Jose Pedro de Paula Caraça
Lauremir Fischer de Paula
Luiz Alberto Carneiro
Luiz Cláudio Cortez
Maria Luiza Traina Gama
Milton Paschoal Mói
Neide Crepaldi
Nilton Aparecido Camilo
Nivaldo Moura da Silva
Ozéias de Oliveira
Rogério Ferreira
Ruy de Araújo Lacerda
Sandro Augusto Fittipaldi
Sergio Aparecido Matheus
Sidney Dias dos santos
Valdemir de Lima
Wilson Gomes da Silva (Cabo Wilson)

CANDIDATOS A VEREADOR DO PRP

Alvimar Aparecido Guedes
Antonio Gilberto Bis
Ary Da Silva Mello Filho
Benevino Jose da Cruz
Edílson Norberto de Andrade
Fabrício Luiz de Lima Filho
João de Paula Fernandes
Jose Melquiades Soares de Lima
Jose Roberto Gonçalves
Jose Roberto Pompeo

Jugurta Ricci
 Laerte Tebaldi Filho
 Luiz Carlos Baptista de Oliveira
 Luiz Cardoso da Silva Neto
 Marcelo Bizarro Teixeira
 Marcelo Perdiza Neto
 Péricles de Melo Martins
 Silvestre La Torre
 Vagner Roberto Vertu
 Valter Aparecido Borin
 Vanderlei Gaido
 Cleide Cristina de Oliveira
 Janice de Fátima Meirelles
 Maria Lopes
 Teresa Santos
 Terezinha G. da Silva

CANDIDATOS A VEREADOR DO PTB

Antonio Carlos Bortolai
 Antonio Carlos de Oliveira
 Antonio Marcos Faria
 Claudinei Ventura (Jarrinha)
 Ed Frank Lahr Simonato
 Eugenio Duarte Almeida
 Fernando Caritá
 João Arcos
 Jose Carlos Leonhardt (Zé Crinca)
 Jorge Pedro
 José Spego Filho
 Jose Pereira dos Santos (Pereirinha)
 Nilson Carlos de Quequi
 Odair Maia
 Raimundo Almeida da Silva
 Roberto de Macedo
 Roberto de Souza Mendonça (Leão)
 Sérgio Zulmiro Litholdo
 Sidney Antonio Rosalem
 Valdir Natalino Andreetta
 Nilva Aparecida Bottene Lopes
 Terezinha de Jesus Cippola
 Sonia Maria de Lucio

CANDIDATOS A VEREADOR DO PSC

Agostinho José de Freitas
 Antonio Palomino Gomes
 Andréa Aparecida Vieira dos Santos
 Antonio Lugato
 Ben Hur Aparecido da Silva

Benedito Sebastião de Oliveira
César Augusto Borgi
Clovis Augusto Amarin
Dermeval Lautenschlager
Ermar Lourenço de Souza
Francisco Jose Santilli
Gilmar José dos Santos
Ivan Silvano Soares Camargo
Jorge Botta Jr.
Jose Luiz Modesto
Maria Aparecida de Souza
Natan Freire
Pedro Leite Penteado
Ricardo José Honório

Esses eram os nomes lançados candidatos à eleição majoritária e a eleição proporcional para o pleito de 2000. Cláudio de Mauro, da Frente Rio Claro, por estar tentando a reeleição, era o mais visado pelos candidatos das coligações adversárias, especialmente pela candidata Candinha Demarchi, da coligação Rio Claro nos Trilhos e pelo candidato Kal Machado, da coligação Avança Rio Claro. Não se expunham diretamente, mas o faziam através dos chamados "laranjas", tipo de gente não muito rara e que costuma brotar em maior profusão especialmente em períodos eleitorais e se prestam a fazer todo trabalho sujo. Invariavelmente são amorais, antiéticos e puxa-sacos empedernidos. Isso quando não somam a esses predicados as características comuns aos chantagistas.

Para se ter uma idéia, logo no início do período eleitoral daquele ano, em 11 de julho, o jornal Diário de Rio Claro estampou, em letras garrafais, a seguinte manchete: "CONFIRMADO. EX-FUNCIONÁRIO DENUNCIA NA PROCURADORIA QUE ENTREGAVA O DINHEIRO DA ZONA AZUL DIRETAMENTE PARA CLAUDIO DE MAURO... E NO SEU GABINETE", e remetia ao texto da página três da edição. Todo o título era sublinhado com linha vermelha e preenchia metade da primeira página. O jornal, que sempre fizera uma oposição cerrada e implacável contra a administração da Frente Rio Claro, dando aos leitores a visão dos fatos que seus diretores bem entendiam, retomava um problema ocorrido anteriormente na administração das cartelas de estacionamento da "Zona Azul", limitada à área central da cidade, onde os motoristas pagavam uma determinada tarifa para estacionarem seus veículos nas ruas e avenidas.

Cláudio de Mauro já havia tomado todas as providências possíveis tão logo teve conhecimento dos fatos. Exonerou os envolvidos e encaminhou toda a documentação ao Ministério Público, para apuração e punição dos responsáveis. O processo ainda tramita na Justiça.

Aquela manchete e aquela notícia tão acintosas, em período eleitoral, não poderia ficar sem resposta. Cláudio de Mauro recorreu ao Poder Judiciário, que analisando os fatos entendeu que o jornal fizera acusações

sem provas. E dez dias depois, em 21 de julho, o jornal foi obrigado a conceder direito de resposta e logo abaixo do esclarecimento de que aquele direito de resposta havia sido determinado pelo "MM Juiz Eleitoral da 110ª. Zona Eleitoral do Estado de São Paulo nos autos do processo nº 093/2000 movido pelo prefeito em exercício Prof. Cláudio Antonio de Mauro". O Diário publicou a seguinte manchete, que ocupou metade da primeira página, em letras garrafais e sublinhada em vermelho: "ZONA AZUL: ACUSAÇÃO SEM FUNDAMENTO CONTRA O PREFEITO PRETENDEU PREJUDICAR REELEIÇÃO DE CLAUDIO DE MAURO" e remetia para o texto da página três, onde a situação ficou esclarecida e os leitores entenderam que tudo não passou de uma armação contra o candidato. Mas isso graças ao Poder Judiciário, porque de forma espontânea Cláudio de Mauro jamais teria tido o espaço necessário para dar suas explicações.

A campanha prosseguiu nesse tom, com os adversários jogando pesado, tentando reverter o quadro favorável à reeleição. O primeiro comício da campanha de 2000 foi realizado em 26 de julho, em frente à Igreja Santo Antonio, em Ajapi. Na eleição de 1996, o primeiro comício foi no mesmo local. Praticamente repetimos os itinerários da campanha daquele ano e utilizamos os mesmos métodos: visita de casa em casa, comícios em cima da carroceria de um caminhão e sem ostentação, mesmo porque não havia recursos para bancar uma campanha nababesca. Mantivemos a prática do arrastão e da panfletagem nos bairros onde seriam realizados os comícios, o que dava excelentes resultados, que podiam ser conferidos à noite, com o público presente, mesmo sem apresentadores e atrações artísticas.

Os adversários não davam trégua. Cláudio de Mauro, além de Prefeito, era também Presidente do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, cargo que manteve mesmo durante o período eleitoral, já que como Presidente daquele Comitê não podia influir no resultado da eleição. Entretanto, o candidato a vereador e radialista Sérgio Carnevale, do PFL, integrante da coligação Rio Claro nos Trilhos, entrou judicialmente com um pedido de impugnação da candidatura, alegando que o candidato deveria ter se afastado daquela presidência quatro meses antes das eleições e não o fizera.

A Justiça na instância local indeferiu o pedido e manteve a candidatura. Carnevale recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral e, naquela instância, por unanimidade, a impugnação foi confirmada. A decisão abalou profundamente a Frente Rio Claro, que mesmo sabendo que caberia recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, manteve algumas conversações sobre o eventual substituto para Cláudio de Mauro. A preocupação era natural, porque estávamos em meio a uma campanha disputada com ferocidade.

O recurso contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral foi apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral em 10 de agosto e, na véspera, a Frente Rio Claro inaugurava o comitê central da campanha na rua 4 esquina com a avenida 5. Os Partidos integrantes da Frente Rio Claro

fizeram publicar em 9 de agosto, no Jornal CIDADE, um manifesto para conhecimento da população, com título "ELES TÊM MEDO DE CLÁUDIO DE MAURO", cujo texto transcrevemos:

"A candidatura do prefeito Cláudio de Mauro foi impugnada em São Paulo a pedido dos adversários que têm medo de enfrentar Cláudio de Mauro nas urnas.

Eles pediram a impugnação porque estão vendo que a aprovação de Cláudio de Mauro na comunidade é maior do que eles imaginavam.

Os adversários de Cláudio de Mauro estão com medo de uma disputa de cara limpa, voto a voto. Eles têm medo de perder de novo e estão pedindo a impugnação só porque o prefeito é Presidente do Comitê das Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Eles pediram a impugnação porque viram que realmente Cláudio de Mauro tem muitas obras e serviços para mostrar. Eles sabem que Cláudio de Mauro trabalhou e que a comunidade gosta de quem trabalha com ela.

Os adversários que têm medo de Cláudio de Mauro sabem que ele nunca vai dar espaço para quem faz maracutaia. Aqueles que não querem Cláudio de Mauro como candidato, sabem que Cláudio de Mauro é honesto e que enquanto Cláudio de Mauro for prefeito eles não terão lugar na Prefeitura.

Os adversários de Cláudio de Mauro estão com medo de perder. Então tentam ganhar o jogo no tapetão.

Nós, da Frente Rio Claro, continuamos acreditando na Justiça. E, para desespero dos adversários que têm medo de Cláudio de Mauro, um recurso está sendo apresentado em Brasília. Enquanto aguardamos a decisão, temos de agradecer a população pelas manifestações de apoio que nos dão a certeza de estarmos no caminho certo, e servem para reforçar a candidatura de Cláudio de Mauro.

Nossa campanha para a reeleição de Cláudio de Mauro e Cláudio Zerbo continua com toda força e coragem, para Rio Claro continuar crescendo com honestidade."

**FRENTE RIO CLARO
PV-PMDB-PT-PPS-PSB-PC do B**

O Tribunal Superior Eleitoral analisou e julgou o recurso contra a decisão do Tribunal Regional somente na noite de 31 de agosto e, para alívio de todos, acatou as razões do recurso por unanimidade, por seis votos favoráveis e nenhum voto contrário, mantendo a candidatura de Cláudio de Mauro. O comitê central virou uma grande festa e não parava de chegar gente para comemorar. Houve inclusive queima de fogos de

artifícios, o que incomodou os moradores do prédio em frente. A festa varou a madrugada.

Além do manifesto da Frente Rio Claro, houve um outro Manifesto Político, assinado por mais de uma dezena de entidades sindicais, contra a tentativa de impugnação feita pelo candidato Sérgio Carnevale. Eis a íntegra do manifesto e as entidades sindicais que o assinaram:

“As nuvens negras que pairaram sobre um dos candidatos a prefeito, provocadas por um candidato opositor, candidato ao legislativo, se dissiparam e o sol voltou a brilhar reluzente, desfazendo a pretensa ilegalidade do atual Prefeito à reeleição.

A justiça, soberana e imparcial, devolveu ao candidato a legalidade e o direito de disputar o cargo de Prefeito de nosso Município. Infelizmente, no Brasil, em época eleitoral, este ou aquele candidato adversário tenta denegrir a imagem do adversário, valendo-se de alegações infundadas e carentes de verdade. Haja vista o processo movido contra o atual Prefeito, que a Justiça, imparcial, justa e soberana, decidiu pela legalidade de sua candidatura ao cargo de Prefeito. A Justiça de Rio Claro e de Brasília, embasadas na verdade indiscutível dos fatos, houveram por bem e mais uma vez sentenciaram nos princípios legítimos do direito e da verdade. A indicação de nosso Prefeito para a Presidência do Comitê das Bacias dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari (razão do processo) antes de tudo foi para nós rio-clarenses motivo de júbilo e orgulho, foi uma indicação de prestígio e destaque para Rio Claro, já que concorreu com cidades de grande porte econômico e político da região. Sua indicação, evidentemente, não foi sem fundamento, mas sim graças ao prestígio e competência de que goza nosso Prefeito nesta importante região do nosso Estado.

Para nós, em particular, a sua indicação àquela presidência foi motivo de euforia, enaltecendo a pessoa de nosso Prefeito e de nosso Município.

Numa época em que campeia a imoralidade, a formação de quadrilhas e outras mazelas políticas, não se pode enquadrar Cláudio nesse rol de maus dirigentes, visto ser pessoa honesta e íntegra, virtudes que enobrecem todos aqueles a quem cabe o dever de dirigir qualquer entidade, seja pública ou privada. Além de honesto, revela ser pessoa de caráter ilibado e de postura correta.

Agora, com quatro anos de experiência, respaldado por assessores de real capacidade, certamente fará de Rio Claro a cidade com que todos sonhamos. Elejamo-lo e deixemo-lo trabalhar, deixemos de lado toda politicalha, toda politiquice. Críticas, se merecer, que sejam pautadas pela ética e fundadas em argumentos protegidos pelas leis, que sejam críticas despidas de paixão ou vingança. Esta nos aplaudirá.

Eleito quem seja, critiquemo-lo quando errar, mas saibamos elogiá-lo quando na defesa dos interesses e projeção de Rio Claro, como a sua

indicação para um cargo tão significativo para toda a cidade, a presidência do Comitê das bacias retro referidas.

As periferias de Rio Claro e os nossos distritos receberam nova roupagem em sua administração, assim como nossas estradas rurais, não abandonando a área central de nossa cidade.

A política sadia e verdadeira, sem paixão, vingança e sem cores partidárias, como a praticada por Cláudio de Mauro, é a de que o povo precisa, visto que só beneficiará nos seus diversos anseios e necessidades a nossa população.

O politicante não pode existir, merece, sim, a indiferença popular, pois somente vê os problemas por um ângulo contrário aos interesses da população. Aqui Cláudio não se enquadra, mercê de sua candidatura imparcial e honesta, visando aos interesses de nossa cidade, através de seu trabalho e suas ações voltadas para a população.

Sua recondução será o reconhecimento de toda uma cidade grata e reconhecida pelos benefícios recebidos.”

Assinam o presente manifesto os dirigentes sindicais das seguintes Entidades:

Sindicato Rural de Rio Claro

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Rio Claro

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Plásticos, Químicas e Farmacêuticas de Rio Claro

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Rio Claro

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Claro

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Rio Claro

Sindicato do Comércio Varejista de Rio Claro

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica, Construção, Montagens, Pavimentação, Obras e do Mobiliário de Limeira, SubSede em Rio Claro

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Limeira e Região, Subsede em Rio Claro.

Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas, Subsede em Rio Claro.

Esse manifesto foi distribuído aos milhares em Rio Claro, no final do mês de agosto.

Entrávamos no mês de setembro e a campanha prosseguia em ritmo frenético, com os programas eleitorais na televisão e em rádios, da mesma forma que a realizada em 1996: gravações de madrugada,

respostas aos adversários e explanação do que já havia sido feito por Rio Claro e o muito mais que poderia ser feito em um novo mandato. A candidatura da Frente Rio Claro crescia nas pesquisas e mantinha-se em primeiro lugar, o que aumentava o desespero dos adversários.

A campanha já chegava ao final e os recursos financeiros eram praticamente inexistentes. Em 26 de setembro, véspera da eleição, a Frente Rio Claro realizou um novo leilão de artes, com obras dadas por artistas plásticos e escultores de Rio Claro. O leilão foi realizado no Buffet Pinhatti, no bairro Cidade Nova, e a adesão custava dez reais. Devo frisar que os leilões, tanto na primeira campanha quanto na segunda, eram organizados e muito bem organizados pela Dora Trevilatto, integrante do PV e uma entusiasta da Frente Rio Claro. A arrecadação desse último leilão ajudou a saldar parte dos nossos débitos com o Barreto, que pela segunda vez produzia os programas eleitorais para a televisão e para as rádios.

Mais uma vez foi emocionante ver como os artistas de Rio Claro, com total desprendimento, doavam suas obras para o leilão. Eles acreditavam em nós e nas nossas propostas e essa confiança, vinda de pessoas tão sensíveis e criativas, aumentava nossa responsabilidade.

Mas chegava 1º de outubro, data das eleições, e a população foi às urnas. Nesse ano as eleições foram totalmente informatizadas, através das urnas eletrônicas. A apuração não seria mais demorada quanto em 1996 e em anos anteriores. A apuração se deu no Centro Cultural "Roberto Palmari", requisitado pela Justiça Eleitoral. O resultado saiu logo em seguida ao fechamento das urnas.

Em 2000, Rio Claro tinha um universo de 107.432 eleitores. O resultado para a eleição majoritária foi o seguinte:

COLIGAÇÃO "FRENTE RIO CLARO"

Prefeito: Cláudio de Mauro

Vice: Cláudio Zerbo

40.456 votos (47,57%)

COLIGAÇÃO "RIO CLARO NOS TRILHOS"

Prefeita: Candinha Nevoeiro Demarchi

Vice: Gunar Koelle

33.091 votos (38,91%)

COLIGAÇÃO "AVANÇA RIO CLARO"

Prefeito: Kal Machado

Vice: Patrícia Sasaki

8.914 votos (10,48%)

COLIGAÇÃO "SERIEDADE 2000 SEMPRE"**Prefeito: Azil Francisco Brochini****Vice: Augusto Hofling****2.576 votos (3,03%)**

A eleição proporcional, para a Câmara Municipal, ficou da seguinte forma, por Partido e por coligação:

COLIGAÇÃO "FRENTE RIO CLARO"

Eleitos do PV:

Paulo Bortolin, com 934 votos

Renê Scienza, com 898 votos

Nilson Ferreira, com 781 votos

Eleitos do PT:

Raquel Picelli Bernardinelli, com 3244 votos

Sergio Desiderá, com 787 votos

O PPS, PSB e PC do B, não elegeram nenhum candidato, porque não atingiram o coeficiente eleitoral.

COLIGAÇÃO "AVANÇA RIO CLARO"

Eleitos do PSDB:

Nivaldo Moura, com 1353 votos

Wilson Gomes da Silva (cabo Wilson), com 1274 votos

Eleitos do PTB:

Valdir Natalino Andreetta, com 1292 votos

José Pereira dos Santos (Pereirinha) com 1033 votos

O PSC não elegeu nenhum candidato, também por não atingir o coeficiente eleitoral

COLIGAÇÃO "RIO CLARO NOS TRILHOS"

Eleitos do PPB:

Pedro Lopes de Abreu, com 1154 votos

Antonio Roberto França (Gijo), com 586 votos

Eleito pelo PL:

Paulo Paoli, com 602 votos

Carlos Capra (Carlão Pé no Chão), com 452 votos

O PFL e o PSD não elegeram nenhum candidato, também por não terem atingido o coeficiente eleitoral. O candidato do PFL. Sérgio Carnevale, mesmo tendo atingido a somatória de 1392 votos, ficou fora, pela mesma razão.

COLIGAÇÃO "SERIEDADE 2000 SEMPRE"

Eleitos pelo PDT:

Rui Barbosa de Paula Lopes, com 1414 votos

Izael Batista de Souza (Rael Bike), com 1354 votos

João Antonio Alem Sobrinho, com 1148 votos

O PHS e o PTN não elegeram nenhum candidato, porque não atingiram o coeficiente eleitoral.

A maioria dos vereadores que fez oposição cerrada e pesada contra a administração da Frente Rio Claro durante os quatro anos do primeiro mandato não conseguiu se reeleger, mesmo tendo sido constantemente destacados pela mídia, falada, escrita e televisionada. O jornal CIDADE, em sua edição de 3 de outubro de 2000, página 5, publicou o seguinte texto:

"O saldo das eleições municipais aponta para a derrota dos chamados candidatos de oposição ao governo Cláudio de Mauro. Vereadores que buscavam a reeleição vão permanecer na Câmara Municipal somente até o final deste ano. Na lista de derrotados e contrários a Cláudio de Mauro aparecem José Carlos Leonhardt (Zé Crinca), Sérgio Litholdo, Reinaldo Soares de Carvalho (Pardal) e Valdemir de Lima.

Valdemir de Lima considerado um dos vereadores mais críticos da atual administração municipal, é o suplente do PSDB. Ele somou somente 675 votos. Sérgio Matheus, com 560 votos, e o segundo suplente dos tucanos. Ambos vão deixar a Câmara em dezembro. Leonhardt é o primeiro suplente do PTB. Seus 967 votos foram insuficientes para vencer os 1033 votos de Pereirinha, segundo colocado eleito do partido. A situação de Sérgio Litholdo é uma das mais críticas. O vereador conquistou somente 497 votos, ficando em sétimo lugar no PTB.

Reinaldo Soares de Carvalho, o Pardal, que já chegou a ser presidente da Câmara, ficou em sétimo lugar, com 487 votos, no PPB. O Partido elegeu Pedro Lopes de Abreu e Gijo, este último com 586 votos.

O radialista Sérgio Carnevale, oposição declarada ao governo CM, teve 1392 votos, porém como o PFL não atingiu o coeficiente eleitoral, também ficou fora da Câmara 2001".

Os eleitos em 2000 foram diplomados pela Justiça Eleitoral na tarde do dia 15 de dezembro daquele ano, em solenidade no Salão do Júri do Fórum de Rio Claro, pelo Juiz Pedro Ivo de Arruda Campos. A vereadora Raquel Picelli Bernardinelli, reeleita com mais de 3 mil votos, foi a primeira a receber o diploma. Em seguida foram diplomados Alvimar Guedes, Rui Barbosa, Rael Bike, Delegado Nivaldo, Sérgio Guilherme, Valdir Andreetta, Cabo Wilson, Fernando de Godoy, Pedro Lopes, João Alem, José Pereira, Paulo Bortolin, Renê Scienza, Sergio Desiderá, Nilson Ferreira, Paulo Paoli, Gijo e Carlos Capra. Terminada a diplomação dos vereadores, o Juiz Pedro

Ivo solicitou a presença do Vice-Prefeito Cláudio Zerbo e posteriormente do Prefeito Cláudio de Mauro. Após a diplomação todos seriam empossados para um novo mandato de quatro anos, ou para o primeiro mandato, em 1º de janeiro de 2001, em solenidades que seriam realizadas no Paço Municipal e no Plenário da Câmara.

A Frente Rio Claro, em um pleito disputadíssimo, provou que um trabalho sério e dedicado teve a preferência do eleitorado e obteve mais votos do que na primeira eleição, que não foi menos fácil. A imprensa, principalmente a escrita, que de uma forma geral massacrou o governo nos primeiros quatro anos, teve que se curvar à vontade popular e reduziu o tom e a acidez a patamares aceitáveis. Escrevo isso em junho de 2002, decorrido um ano e meio do segundo mandato. Ainda haverá muito o que escrever sobre essa magnífica experiência política.

Para encerrar, volto ao que já reafirmei: este texto é um relato baseado em minhas memórias e na memória de outras pessoas que participaram desde o início da formação da Frente Rio Claro. Procuramos ser o mais fiel possível aos acontecimentos, o que não dá ao texto, absolutamente, a profundidade histórica que eventualmente possa estar sendo buscada pelo leitor.